

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**JACQUELINE ARAUJO DA SILVA**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E A SITUAÇÃO  
SOCIOECONÔMICA ATUAL DO ASSENTAMENTO  
PALMEIRA - NIOAQUE-MS**

JARDIM-MS  
2018

JACQUELINE ARAUJO DA SILVA

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E A SITUAÇÃO  
SOCIOECONÔMICA ATUAL DO ASSENTAMENTO  
PALMEIRA - NIOAQUE-MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Soares de Oliveira.

JARDIM-MS  
2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação UEMS - Jardim

SILVA, J. A

O Processo de formação histórica e a situação socioeconômica atual do assentamento Palmeira - Nioaque-MS [s. n], 2018.

68.f

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso Do Sul.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Ana Maria Soares de Oliveira**

1.Reforma Agrária 2. Assentamento Palmeira 3. Socioeconômico

**É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos e científicos.**

---

Jacqueline Araujo da Silva

Termo de aprovação

**Jacqueline Araujo da Silva**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E A SITUAÇÃO  
SOCIOECONÔMICA ATUAL DO ASSENTAMENTO PALMEIRA -  
NIOAQUE-MS**

**Trabalho de conclusão de curso aprovado, como requisito parcial para  
obtenção do grau de licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual  
de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:**

**Orientador(a): Profa. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira**

---

**UEMS-Jardim**

**Examinador 1: Prof. Dr. Tiago Satim Karas**

---

**UEMS-Jardim**

**Examinador 2: Prof. Me. Elvis dos Santos Mattos**

---

**UEMS- Jardim**

**Jardim-MS  
Novembro/2018**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico em especial a minha mãe Rosimeire, uma mulher guerreira que nunca estudou, mas que sempre quis que seus filhos estudassem, e que desde o início me incentivou e sempre acreditou que eu fosse capaz. Sei que eu estive e sempre estarei em suas orações, também dedico ao meu pai Luiz Bento, uma pessoa forte, nunca me questionou, mas sei que em silêncio ele torce muito por mim. Aos meus irmãos Jocilene e Luiz Carlos que sempre acreditaram em mim.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho se tornou possível graças a colaboração de várias pessoas, primeiramente quero agradecer Deus, por ter me dado forças para enfrentar algumas adversidades que apareceram. Agradeço também a minha irmã Jocilene e meu cunhado Djone, que disponibilizaram a casa deles para mim nesses quatros anos sem cobrar nada, e pelo incentivo que sempre me deram.

Agradeço aos meus pais e meu irmão Luiz Carlos, por me apoiar e incentivar.

Agradeço também ao Programa Vale Universidade, pois foi meu subsídio nesses quatros anos. Agradeço também aos representantes dos locais onde prestei estagio do vale, Escola Dr. José Garcia Netto no Assentamento Palmeira e a Coordenação do Curso de Geografia da UEMS, pela paciência e compreensão.

Agradeço aos meus colegas de sala, por todo ensinamento compartilhado e pelo prazer de ter conhecido todos.

Agradeço ao meu grupo de trabalho “the best of fundão”, Fabi, Bete, Rapha, Pamela e Fabio fizemos praticamente todo os trabalhos em grupo. Pamela e Fabio obrigada pelas palavras amigas quando precisei e pela alegria e inúmeras risadas, até quando eu estava triste.

Agradeço a todos os professores da Universidade que foram os grandes protagonistas do meu saber, obrigado a todos por me “tirar da caverna” e me mostrar a luz.

Agradeço a todos os funcionários da Uems por ter contribuído também nessa jornada.

Agradeço a população do Assentamento Palmeira por ter me recebido e contribuído com minha pesquisa.

Agradeço também a minha orientadora Profa. Ana Maria Soares de Oliveira pela orientação desse trabalho, por me atender mesmo estando atarefada, obrigada pela paciência e pelos ensinamentos.

## **EPIGRAFE**

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.”

**Milton Santos**

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo resgatar alguns aspectos da questão agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul, bem como a luta pela terra e pela reforma agrária, frente a estrutura fundiária excludente que reforça a desigualdade entre a agricultura capitalista e a agricultura de base familiar, pautando-se em vários referenciais teóricos sobre a temática. O estudo objetivou, ainda fazer um resgate do processo de conquista e a formação socioeconômica do P.A Palmeira, localizado no município de Nioaque/MS. Para isto o estudo foi pautado em pesquisa de campo para registro dos dados e informações atualizadas sobre o assentamento e aplicação de questionários junto a um universo de trinta e um assentados com base em amostragem.

**Palavras chaves:** Questão agrária; Reforma agrária; Formação Socioeconômica; Assentamento Palmeira.



## **ABSTRACT**

The objective of this work was to rescue some aspects of the agrarian question in Brazil and in Mato Grosso do Sul, as well as the struggle for land and agrarian reform, against the exclusionary land structure that reinforces the inequality between capitalist agriculture and family-based agriculture, based on several theoretical references on the subject. The study also aimed to recover the conquest process and the socioeconomic formation of P. Palmeira, located in the municipality of Nioaque / MS. For this, the study was based on field research to record the data and updated information on the settlement and application of questionnaires together with a universe of thirty-one based on sampling.

**Key words:** Agrarian question; Land reform; Socioeconomic Training; Settlement Palmeira.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01-</b> Localização do assentamento Palmeira no território de Nioaque/MS.....	34
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico1-</b> Caracterização dos ocupantes dos lotes no Assentamentos Palmeira .....	46
<b>Gráfico2-</b> Nível de escolaridade dos titulares de lote.....	48
<b>Gráfico3-</b> Titulares de lote por gênero.....	49
<b>Gráfico4-</b> Composição familiar dos entrevistados.....	50
<b>Gráfico5-</b> Idade dos assentados entrevistados por gênero .....	51

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1-</b> Prédio da escola construído no início do assentamento pela prefeitura de Nioaque.....	41
<b>Foto 2-</b> Prédio da escola construído com o recurso do Bird do projeto PAC.....	41
<b>Foto 3-</b> Casa da fazenda Palmeira, atualmente usada pela EE Odete Ignês Resstel Villas Bôas.....	42
<b>Foto 4-</b> Estrutura da sede da fazenda Palmeira, atualmente condenada.....	42
<b>Foto 5-</b> Galpão com um resfriador de leite implantado pelo Programa Nacional da Agricultura – PRONAF/infraestrutura.....	43
<b>Foto 6-</b> Posto de Saúde do assentamento.....	43
<b>Foto 7-</b> Antigo galpão da fazenda Santa Maria .....	44
<b>Foto 8-</b> Poço artesiano no lote 79.....	44

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1-</b> Atividades desenvolvidas nos lotes do assentamento Palmeira.....	52
<b>Tabela 2-</b> Atividades desenvolvidas e renda anual dos assentados entrevistados.....	53
<b>Tabela 3-</b> Atividades desenvolvidas nos lotes do Assentamento Palmeira que geram renda aos parceleiros.....	55
<b>Tabela 4-</b> Fontes de renda familiar no Assentamento Palmeira.....	56

## LISTA DE SIGLAS

<b>AGENFA</b> - Agência Fazendária Estadual
<b>AGRAER</b> - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
<b>APRAP</b> - Associação do Projeto de Assentamento Palmeira
<b>ATES</b> - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
<b>BIRD</b> - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD
<b>CAND</b> - Colônia Nacional Agrícola de Dourados
<b>CTB</b> - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
<b>CUT</b> - Central Única dos Trabalhadores
<b>DAP</b> - Declaração de Aptidão ao Pronaf
<b>FAF</b> - Federação da Agricultura Familiar
<b>FETAGRI</b> - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
<b>FHC</b> - Fernando Henrique Cardoso
<b>FNL</b> - Frente Nacional de Luta
<b>FUNASA</b> - Fundação Nacional de Saúde
<b>IBRA</b> - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
<b>IDATERRA</b> - Instituto de Desenvolvimento Agrário Pesquisa Assistência Técnica Extensão Rural do MS
<b>INCRA</b> - Instituto Nacional de Colonização
<b>INDA</b> - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

<b>ITESP</b> - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
<b>MAF</b> - Movimento Sul-mato-grossense da Agricultura Familiar
<b>MCLRA</b> - Movimento de Luta por Reforma Agrária
<b>MDA</b> - Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MIRAD</b> - Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agraria
<b>MPL</b> - Movimento Popular de Luta
<b>MST</b> - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>OLT</b> - Organização de Luta pela Terra
<b>PCA</b> - Plano de Consolidação do Assentamento Palmeira
<b>PDA</b> - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
<b>PETI</b> - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>PNRA</b> -Plano Nacional de Reforma Agrária
<b>PRNAF</b> - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PROCERA</b> - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
<b>SUPRA</b> - Superintendência da Política Agraria

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A DISTRIBUIÇÃO DE TERRA</b>	<b>19</b>
1.1- A Questão Agrária no Brasil – Breve histórico	19
1.2- Breve Contextualização da Reforma Agrária no Brasil	21
1.3 - O crescimento da luta pela terra a partir da década de 1990	24
1.4- A Criação de assentamentos rurais	27
1.5 A ocupação e formação territorial de Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos	28
1.6 – A luta pela terra em Mato Grosso do Sul, breves considerações	31
<b>CAPÍTULO II - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO PALMEIRA E SUA ESTRUTURAÇÃO ATUAL (1998 – 2018)</b>	<b>34</b>
2.1- Localização geográfica do assentamento Palmeira	34
2.2 - Caracterização dos aspectos físicos do assentamento Palmeira	34
2.3 - Um breve contexto histórico da luta pela terra	35
2.4 - Consolidação do Assentamento	37
2.5 – Projeto de implementação do assentamento com recurso do BIRD	37
<b>CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ASSENTAMENTO PALMEIRA</b>	<b>45</b>
3.1 – A composição do assentamento quanto aos ocupantes dos lotes	45
3.2 – O nível de escolaridade dos assentados	46
3.3 – Titularidade dos lotes por gênero	47
3.4 – Composição familiar dos assentados	49
3.5 - Idade dos Titulares de lotes	50
3.6 – Produção e renda da população do Assentamento Palmeira	51
3.7 – A Associação e seu papel no assentamento	56
3.9 - A participação dos entrevistados nos movimentos sociais que lutaram para a conquista da terra e olhar dos mesmos sobre a importância da luta na atualidade	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>61</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>63</b>
<b>ANEXOS I</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>68</b>



## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país bastante segmentado pelas diversas formas de desigualdade, no entanto, a desigualdade social no Brasil, possui influência em vários aspectos determinantes na sociedade, resultado de uma concentração de riquezas, nas mãos de poucas pessoas.

A problematização da questão agrária (SILVA, 1980) no Brasil, compreende um conjunto de questões que envolvem a estrutura fundiária brasileira, a produção capitalista no campo e seus rebatimentos do ponto de vista do trabalho, do acesso a terra por quem não a tem e da produção de base familiar, dificultando assim o desenvolvimento de um modelo de produção alternativo, ou seja, um modelo de agricultura voltada para a conservação ambiental, sem uso de agrotóxicos e que englobe os pequenos agricultores.

Tornando um pequeno número de indivíduos privilegiados, em relação à população de uma maneira geral, que por sua vez, detém os meios de produção da agricultura, além de ser responsáveis por influenciar diretamente questões extremamente importantes para a população como um todo, como a política e as finanças.

Embora o país possua tal capacidade, a contradição e a notoriedade das desigualdades sociais ficam evidentes. Segundo o IBGE (2004), pelo menos 72 milhões de brasileiros enfrentam dificuldades, como a insegurança alimentar, por exemplo. Em um país onde se produz uma quantidade exorbitante de alimentos, parte significativa da população não possui em sua residência alimentos em quantidade e qualidade necessários para seu bem-estar.

Esses dados indicam claramente que, apesar de o país ser produtor de alimentos, o poder se concentra nas mãos de poucos e muitos são tão desamparados socialmente que ficam incapacitados de produzir seu próprio alimento em terras já adquiridas, tendo em vista que, além de outros fatores, as políticas públicas voltadas para a agricultura de base familiar e, mais especificamente os assentados de reforma agrária, não contemplam a todos. Especialmente num país onde a maior parte dos recursos financeiros e condições favorece a produção capitalista voltada para o mercado de commodities.

Questões como essas de desigualdades e de insegurança alimentar, por exemplo, é que têm conduzido à luta por direito a terra pelos movimentos sociais, visto que as grandes lavouras de monoculturas produzem quase que exclusivamente para a exportação e requer cada vez menos mão de obra humana, visto que a modernização do campo (SILVA, 1980), que aconteceu nas décadas de 1970, vem se aprimorando cada vez mais com os avanços tecnológicos no contexto de desenvolvimento do capitalismo.

A partir deste princípio, é possível entender a necessidade e o fortalecimento de movimentos sociais, como o MST e a reforma agrária, a fim de legitimar a luta pela terra, reduzir as diferenças e desigualdades sociais e também fomentar a agricultura familiar, já que são eles que mais contribuem para a produção de alimentos que estão na mesa dos brasileiros e o mais importante alimentos livres de contaminação dos agrotóxicos, porém ainda existe um grande caminho a seguir, visto que as políticas públicas voltadas para esse setor da economia ainda é conservadora e visa somente favorecer as atividades patronais.

Quando pensamos em questão agrária, imediatamente, somos conduzidos ao tema reforma agrária. No entanto, cabe salientar que embora façam parte da mesma problemática, a reforma agrária e a questão agrária são temas distintos.

Nesse sentido, é importante destacar, segundo (SILVA, 1980) reforma agrária é uma política que possibilitou a população rural ter acesso a terra, isso difere da expressão questão agrária que se trata de um assunto complexo se refere a questões econômicas, sociais e políticas.

Partindo dos pressupostos colocados, o presente trabalho proporciona no primeiro capítulo uma discussão teórica acerca da má distribuição de terras do Brasil, que acontece desde a colonização e é ainda realidade nos dias atuais. Nesse capítulo também há uma breve reflexão acerca do processo de ocupação de Mato Grosso do Sul, desde o período de concessão de terras à Companhia Mate Laranjeira, século XIX até a chegada das frentes de colonização, implantadas no governo de Vargas e no governo Militar. Buscamos apresentar algumas questões sobre as lutas dos movimentos sociais que surgiram em detrimento da expropriação dos camponeses da terra e a política de acumulação de terra.

No segundo capítulo apresentamos o processo de formação do Assentamento Palmeira e sua estruturação atual, com um breve relato da época de acampamento e também projetos que foram desenvolvidos no âmbito do mesmo.

No terceiro capítulo analisamos a situação socioeconômica atual do assentamento, com base na realização de entrevistas e aplicação de questionários junto aos assentados.

## **CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A DISTRIBUIÇÃO DE TERRA**

O Brasil é um país com grandes extensões territoriais, porém está mal dividido, onde poucas pessoas possuem muitas terras, enquanto milhões lutam para ter acesso a uma pequena parcela. Uma estrutura fundiária concentrada e excludente que remonta ao período colonial e que se acentuou com o processo de modernização e desenvolvimento do capitalismo no campo.

### **1.1– A Questão Agrária no Brasil – Breve histórico**

A formação do território brasileiro e sua exploração começam quando os navegantes portugueses desembarcam na costa nordestina, “descobrimo” assim novas terras. Num primeiro momento o território brasileiro estava dividido pela linha de Tordesilhas, que dividia o mesmo em duas partes: o lado oeste, pertencente aos espanhóis que também já se aventurava nas navegações e desbravamentos de novas terras, e a parte leste pertencente aos portugueses (ANDRADE, 1995).

Segundo Andrade (1995) essa ocupação não foi efetuada em território desocupado, já que havia muitas tribos indígenas em terras brasileiras. A primeira forma de exploração econômica e do trabalho no território brasileiro se deu com o escambo, por meio do qual as populações indígenas eram induzidas a trabalhar na extração de madeiras em trocas de *bugigangas*<sup>1</sup>.

Cabe destacar aqui que o motivo de efetuarmos o resgate prévio do processo de ocupação do território brasileiro, perpassando pela origem da questão agrária é porque entendemos que o mesmo nos possibilita apreender a origem da questão e o propósito da reforma agrária para, enfim compreender o nosso objeto de estudo dentro desse contexto. Desse modo, salientamos que para estudarmos o desenvolvimento socioeconômico de um assentamento se faz necessário partir dos primórdios e, assim compreender como se inicia a formação de um assentamento de reforma agrária no Brasil.

---

<sup>1</sup>De acordo com FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (2010) Dicionário da língua portuguesa, o termo Bugigangas significa: objeto de pouco valor; coisa inútil.

Apesar de o Brasil possuir grande extensão territorial, ainda assim concentra amplas áreas de terras nas mãos de poucas pessoas, gerando assim um grande problema, a concentração fundiária, desencadeando lutas que visam à redistribuição de terras.

Furtado (2000, p.55), destaca nesse sentido que:

A propriedade da terra está concentrada, caracterizando um dos mais altos índices de concentração do mundo. Cerca de 1% dos proprietários detêm em torno de 46% de todas as terras. A forma como se utiliza a terra não representa os interesses da sociedade como um todo. Dos aproximadamente 400 milhões de hectares titulados como propriedade privada, apenas 60 milhões são cultivados como lavoura. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA existem no Brasil 100 milhões de hectares de terras ociosas, localizadas nas grandes propriedades. Os indicadores sociais das regiões rurais são alarmantes e se equiparam às regiões mais pobres do mundo.

A citação acima reforça nossa afirmação anterior e revela o quanto a distribuição da terra no Brasil é desigual e, conseqüentemente da renda e da riqueza, provocando desigualdades sociais e econômicas, as quais se expressam nos índices de pobreza e miséria no campo.

Como já afirmamos anteriormente, a concentração de terras no Brasil tem origem desde a colonização, quando ocorreu a divisão do território em capitânicas hereditárias em que foram exploradas no sistema de sesmarias.

Nesse sentido, segundo Asselin (1991), quando os portugueses aqui chegaram o território brasileiro perdeu sua autonomia com o início do processo de distribuição de terras. Assim a partir de 1500, o território passou a pertencer ao Reino de Portugal, quando se iniciou a colonização e a constituição das capitânicas hereditárias e concessões de Sesmarias.

Silva<sup>2</sup> (1997) apud Filho; Fonte (2009, p. 65) destaca que

Aliado a política adotada de transferência de propriedade do domínio público para o privado, o período Sesmarial (1530 a 1850) caracterizou-se pela concessão de grandes extensões de terras aos pleiteadores de propriedades no novo território de colonização português.

Com o fim do tráfico negreiro e a instituição da propriedade privada da terra com a criação da Lei de Terras em 1850, a qual previa, por um lado, que a aquisição de terras só seria possível por meio da compra e venda e, por outro lado, possibilitou a apropriação

---

<sup>2</sup> SILVA, A.J. da. A política fundiária do Regime militar: Legitimação privilegiada e grilagem especializada (Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra). São Paulo: FFLCH-USP, 1997, 414p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1997.

indevida de terras da União por meio da grilagem e exclui da terra milhares de trabalhadores e camponeses, esse processo de concentração se acentua acirrando os conflitos relacionados à essa estrutura fundiária excludente.

Nesse contexto de má distribuição da terra, a questão agrária foi e é um assunto muito discutido tanto por organizações sociais quanto pelo Estado. Existe uma gama de autores e conceituações a este respeito, bem como inúmeros movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária no contexto dessa questão.

Para Martins (1997) a questão agrária não começa nem termina com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Para o autor esta é uma questão política existente em qualquer país. É uma característica do mundo contemporâneo, onde essa questão aparece com o desenvolvimento capitalista, já que ela surge especificamente em consequência do obstáculo que a propriedade territorial e o pagamento de renda da terra ao proprietário, representam para a reprodução ampliada do capital e a acumulação capitalista na agricultura.

## **1.2- Breve Contextualização da Reforma Agrária no Brasil**

Pires destaca, usando o MST como referência, que reforma agrária se refere a um processo de democratização da terra, pois além de estabelecer um modelo que abrange milhões de famílias no Brasil, ainda realiza a justiça social e a cidadania no campo.

A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso a terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro. (MST, 2001, p. 31 apud PIRES 2002, p.19)

Devido aos conflitos no campo e a busca dos camponeses por seus direitos a terra e ao trabalho digno, houve no Brasil o surgimento de movimentos sociais que, ao longo do tempo passaram por diversas modificações. Nesse sentido Oliveira (2007) destaca a criação das primeiras frentes, conhecidas como “Ligas Camponesas”, as quais se caracterizam como os primeiros movimentos de luta dos camponeses, que ganhou expressão na década de 1960:

A sociedade nacional que, desde 30, marchava na direção da industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o

aprofundamento dos conflitos no campo. Parte desses conflitos derivavam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então, Partido Comunista do Brasil, fruto de sua curtíssima legalidade pós Constituição de 1946. Assim, o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação. (OLIVEIRA 2007, p. 104)

Nesse contexto foi promulgado no governo de João Goulart<sup>3</sup> o Estatuto de Terra (Lei nº 4.504, de 1964), lei essa que define a desapropriação de terra por interesse social, essa seria o primeiro passo para a reforma agrária no Brasil, em seu governo também surgiu “SUPRA, Superintendência da Política Agrária, primeiro órgão federal de execução de programas de colonização e reforma agrária, no país” (OLIVEIRA, 2007, p. 115).

Ainda em seu mandato, Goulart aprovou no Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador, que passou a permitir a implantação de sindicalismo rural, essa lei levou muitas ligas camponesas transformar-se em Sindicatos de trabalhadores rurais Oliveira (2007).

Oliveira (2007) ainda destaca que logo depois do Golpe de 1964 e a tomada de poder pelos militares, Marechal Castelo Branco<sup>4</sup>, sob pressão social externa, assinou o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/64) e eliminou a SUPRA e criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA e também o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Cabe salientar, no entanto, que essa reforma agrária foi algo ilusório, pois não saiu do papel. Já que nunca aconteceu uma política de reforma agrária na era Militar

Oliveira (2007, p.122) ainda destaca que “O período de existência dos dois órgãos promotores da contrarreforma agrária dos militares, IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros”.

Na ânsia de explorar a região amazônica o governo militar deu mais uma cartada final.

---

<sup>3</sup>João Goulart (1918-1976) foi um político brasileiro. Foi o 24º presidente do país. Eleito em 1961, governou sob um regime populista sendo deposto pelo golpe militar de 1964. João Belchior Marques Goulart, conhecido como Jango, nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, no dia 1 de março de 1918. Filho de Vicente Rodrigues Goulart, coronel da Guarda Nacional e vicentina Marques Goulart era o mais velho de oito irmãos. Desde pequeno recebeu o apelido de “Jango”. Foi aluno do Colégio Marista de Uruguaiana. cursou Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduando-se em 1939. Fonte: [https://www.ebiografia.com/joao\\_goulart/](https://www.ebiografia.com/joao_goulart/). acesso em: 08/11/2018.

<sup>4</sup>Castelo Branco (1900-1967) foi político, militar e o primeiro Presidente do Brasil depois do golpe militar de março de 1964. Nomeado pelo Congresso, ficou no poder de 15 de abril de 1964 até 15 de março de 1967. Castelo Branco nasceu em Fortaleza no Ceará no dia 20 de setembro. Filho do General Cândido Borges Castelo Branco e Antonieta Alencar Castelo Branco. Seu nome completo era Humberto de Alencar Castelo Branco. Fonte: [https://www.ebiografia.com/castelo\\_branco/](https://www.ebiografia.com/castelo_branco/). acesso em: 08/11/2018

Assim foi que nasceu o INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/70. Estava sendo arquitetada outra parte do plano da geopolítica militar para a Amazônia. Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da “Operação Amazônia”, pois de nada adiantariam grandes projetos agro minerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização. (OLIVEIRA, 2007, p. 122)

Na década de 1980, o presidente José Sarney, formaliza um plano previsto no Estatuto da Terra, o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, diante disso criou se o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária – MIRAD.

O programa básico do PNRA era o de assentamentos de trabalhadores em imóveis desapropriáveis [tendo como base para indenizar os proprietários fundiários o imposto territorial rural – valor declaradamente mais baixo que o de mercado]. Colonização, regularização fundiária e mecanismos tributários, até então apresentados como alternativas à obtenção de terras por diversas das forças presentes no debate político apareciam como mecanismos complementares [à desapropriação]. (MEDEIROS<sup>5</sup>, 2003, p.35 apud VECINA, 2010, p.2)

Com algumas dificuldades e com metas ilusórias e sem nenhuma desapropriação feita em 1987 o INCRA e a MIRAD foram extintos. Com o déficit de retaguarda política neste âmbito em questão, seguido da falta orçamentária para tal, também a recriação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a Reforma Agrária se estagnou durante muitos anos. Em 1996 a Presidência da República passou a tratar diretamente sobre o assunto, criando o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e incorporada ao INCRA em 2000 pelo decreto 3.338, criando então o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), então atual órgão responsável pela política de reforma agrária.

Em 2003, no governo de lula foi instituído a PNRA II, segundo Carvalho (2010, p.69) “constitui um avanço da institucionalidade pública atual em relação aos modelos de intervenção implementados nos assentamentos rurais em anos anteriores.” Podemos então considerar:

[...] a promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso a direitos e a promoção da igualdade – objetivos integrados a uma perspectiva de

---

<sup>5</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003. 103 p.

desenvolvimento territorial sustentável. Isso requer colocar à disposição das famílias assentadas e das demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e a agregação de valor; construção de infraestrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais. (BRASIL, 2003, p15 apud CARVALHO, 2010, p.69)

O momento descrito foi de grandes conquistas. Com essa nova formulação surgiu a Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, a reforma agrária caminhou alguns passos, mas poderia ter se fortalecido ainda mais. Todavia, os caminhos políticos apontaram para outros rumos. O jogo de interesses da oligarquia latifundiária que sempre esteve no poder e nunca quis dividir, traçou grande aparato midiático que culminou em um golpe em 2016. Diante desse cenário, as políticas públicas voltadas para a PNRA que já andavam sem força, entraram em um processo de estagnação sem perspectiva futura.

### **1.3 - O crescimento da luta pela terra a partir da década de 1990**

Em junho do ano de 1995, houve um grande Congresso Nacional<sup>6</sup>, realizado pelo MST com a finalidade de definir alguns dos objetivos principais: Continuar a intensificar a luta pela reforma agrária e combater e ser oposição à política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso. A repulsa do MST pela postura neoliberal do governo pode ser facilmente compreendida, pois se trata de uma postura totalmente contrária ao movimento.

De acordo com Coletti (2006), os representantes do MST entendem que a política neoliberal do governo, privilegiava amplamente os interesses de capital financeiro de poucos, em contrapartida, marginalizava a pequena produção familiar e, principalmente os assentamentos. Assim, no início de 1995, após as alegações apresentadas no congresso nacional e com a finalidade de amparar e, principalmente proteger a agricultura familiar e os assentamentos, o MST denunciou de forma enfática, as dificuldades das pequenas produções familiares e assentamentos, impostas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

---

<sup>6</sup> 3º Congresso Nacional MST realizado em Brasília nos dias 24 a 27 de junho de 1995.



Segundo dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra (2002), os conflitos pela terra, também cresceram de modo bastante expressivo na década de 1990.

Nessa década, somente em 1990, houve 401 conflitos pela terra; 379 conflitos em 1994; 751 conflitos em 1998. Cerca de uma década depois, ou seja, quando se observa os dados de 2005, verificamos que os conflitos pela terra desde 1990, atingiram a marca de 1.304. (COLETTI, 2006)

Apesar de o movimento MST ainda expressar algumas conquistas durante o mandato de governo de FHC, especificamente de 1995 a 1998, em função de sua política neoliberal, houve uma grande manifestação, em abril de 1996, denominada “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”. Esta marcha ficou conhecida como a primeira grande manifestação popular realizada contra o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O autor destaca ainda que as reivindicações do movimento exigiam do governo, respostas imediatas sob o número exato e atualizado de assentamentos rurais no Brasil e a extinção de algumas medidas impostas durante o governo de FHC, que tinham por objetivo, combater a notória capacidade de mobilização do MST, além de coagir líderes e militantes do movimento. Assim Fernandes (2003 p.11) destaca:

[...] da luta pela terra, que começou a ser formado a partir da segunda metade da década de 1990. A questão agrária foi intensificada com a criação de novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, compreendidas pela criminalização das ocupações e na implantação do Banco da Terra, na extinção da assistência técnica e na mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais.

Dentre as medidas tomadas pelo governo FHC, cabe destacar: A restrição das verbas públicas destinadas aos assentamentos; extinção do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) e sua substituição pela linha “A” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, além de cobrar juros maiores, estabelecia um limite menor de crédito a cada família assentada; implementação da chamada “reforma agrária de mercado”, por meio da compra e venda de terras através do Banco da Terra, em substituição a desapropriação por interesse social. (COLETTI, 2006, p.204).

Além dessas restrições, o governo FHC implantou a chamada “reforma agrária pelo correio”, lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no final de 2000, com uma propaganda intensa na mídia, segundo a qual bastaria ao trabalhador inscrever-se numa agência do correio que receberia, mais tarde, do governo, um lote de terra sem qualquer

mobilização ou luta; A proibição de vistoria, através de medida provisória, por dois anos, de imóveis ocupados pelos sem-terra; e por fim, a criminalização das lideranças dos sem-terra etc. Podemos entender:

Dessa forma, o governo tenta refluir a luta dos trabalhadores sem-terra, procurando desmobilizá-los; transfere a questão agrária do espaço das negociações políticas para o espaço do negócio político-econômico; ocupa o território do assentamento produzindo a ideia de empreendimento, desenvolve uma parcíssima linha de crédito, que intensifica a diferenciação social e acirra as desigualdades. Ainda, a inteligência do Governo Fernando Henrique Cardoso, bem como seus ministros produziram um conjunto de eufemismos para utilizar em suas retóricas. Igualmente, procurou dar novos significados aos conceitos consagrados (FERNANDES, 2003, p.13)

A era FHC, foi marcada por intensos conflitos, levando a barbárie ao extremo na luta pela terra, tendo em vista a forte política de criminalização das ocupações feita por movimentos sociais, e a frente desses movimentos o MST, era o principal movimento pelo direito a terra, se destacava. Qualquer ocupação feita pelo movimento era duramente reprimido pela polícia e isso resultou em vários episódios de massacre.

[...] acontecimento marcante na luta pela terra em 1996 foi o massacre de Eldorado de Carajás, no leste do Pará, ocorrido em 17 de abril de 1996. Esse massacre resultou da truculência da Polícia Militar contra os sem-terra, tendo gerado a morte de 19 mulheres e crianças – e também quatro policiais militares (COLETTI, 2005, p. 213)

Diante disso, Fernandes (2001) destaca a importância do reconhecimento dos movimentos sociais e principalmente, a legitimidade da sua luta e posterior conquista pela terra:

A ocupação, como forma de luta e acesso a terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de recriação ocuparam terra [...] os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta [...]. Ocupando terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. (FERNANDES, 2001, p. 6-7)

Mesmo com sua política de “novo mundo rural” na tentativa de impedir a territorialização da luta pela terra a era FHC não conseguiu desestruturar a luta do campesinato brasileiro, ao contrário apenas fez ganhar mais força, pois a problema agrário nunca deixou de existir, é uma questão que está atrelado a realidade do país desde do início da formação do território.

#### 1.4- A Criação de assentamentos rurais

Segundo Pires (2002) o processo de criação de assentamento rurais no Brasil acontece quando movimentos sociais de luta pela terra denunciam para a Pastoral da Terra a existência de área improdutivo, a área improdutivo é denunciada ao Ministério Público e, então a AGENFA (Agência Fazendária Estadual) verifica se há arrecadação de impostos, caso não haja, o INCRA e IDATERRA faz a vistoria para constatar a veracidade, mesmo com a constatação o proprietário tem todo o direito de defesa. Depois de todos esses tramites o processo é encaminhado para o gabinete presidencial onde é julgado e sancionado para que, então seja autorizada a desapropriação.

O autor também faz referência ao ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) para destacar que é necessário o planejamento na implantação de um assentamento rural, de modo a proporcionar o desenvolvimento socioeconômico do mesmo.

[...] o planejamento correto na implantação de um assentamento rural, destinado ao desenvolvimento socioeconômico das famílias, exige do planejador um conhecimento concreto e detalhado de todas as condições que cercam esse imóvel ou bloco de imóveis contínuos (ITESP<sup>7</sup>, 1998b apud PIRES 2002, p.20)

Cabe ressaltar que criação de um assentamento não consiste em apenas desapropriar uma determinada área e alocar os camponeses nessas áreas e deixa a mercê da própria sorte. É preciso entender que cabe dentro desse processo todo um arcabouço de procedimentos.

No campo das iniciativas governamentais, a partir de então, são construídas e implementadas propostas que objetivem a consolidação e emancipação dos assentamentos. Nesse rol estão ações de infraestrutura básica como eletrificação, construção de poços, barragens, cisternas para abastecimento de água, construção de estradas e de habitações, articulação de serviços sociais básicos como saúde e educação, assim como, concessão de créditos rurais e serviços de assistência técnica e extensão rural. (CARVALHO 2010, p.67)

Na concepção de um assentamento do PNRA, é fundamental o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, é o “computador de bordo” de um assentamento pois nesse está descrito todos as características do mesmo. Este pode ser definido como:

---

<sup>7</sup>RETRATO DA TERRA. Perfil Sócio-Econômico e Balanço da Produção Agropecuária dos Assentamentos do Estado de São Paulo. São Paulo: ITESP. n.9. dez.1998. 144 p. (série cadernos ITESP/ Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania).

O instrumento de planejamento do Projeto de Assentamento, compreendendo todas as fases do processo, iniciando-se com a instalação das famílias na área do assentamento, suas 75 participações efetivas e capacitação para construção e elaboração desse plano, até a completa emancipação e sustentabilidade do Projeto de Assentamento, obtidos com o progresso sócio-econômico e cultural das famílias assentadas, medidos através de indicadores, quando comparado ao estágio atual dessas famílias com o diagnóstico efetuado na fase inicial do Projeto. (INCRA<sup>8</sup>, 2004, p. 31 apud CARVALHO 2010, p. 74 -75)

Para compreender o desenvolvimento de um assentamento rural há que se levar em consideração a atuação do capitalismo no meio agrário e todo mecanicismo que esse utiliza para transformar o campo.

Podemos dizer que o assentamento rural da reforma agrária, compreende a concretização de um anseio que se estende por muitos anos, é formulação do sonho da população camponesa que vem sendo expropriada e até mesmo privada de ter sua terra.

Enquanto a classe dominante não quer perder seus privilégios, pois tem como objetivo acumular cada vez mais capital, ocupando grandes extensões de terras para fomentar ainda mais o capitalismo agrícola que se consolida a cada dia com seus maquinários de última geração, impactando o mercado de trabalho com a redução do emprego e envenenando o meio ambiente com seus agrotóxicos.

### **1.5 A ocupação e formação territorial de Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos**

A ocupação do Centro Oeste onde está localizado o estado do Mato Grosso do Sul começou pelos Jesuítas espanhóis, que buscavam catequizar as tribos indígenas que habitavam o território.

Segundo Andrade (1995) na mesma época também teve início as expedições chamadas de bandeiras ou entradas, caracterizada pela organização de grupos financiados pela coroa portuguesa, principalmente na capitania de São Vicente-SP, que se embrenhavam nas matas fechadas do Centro-oeste em busca de pedras preciosas, captura de indígenas e consolidação do território português.

[...] os habitantes da capitania de São Vicente tornaram-se grandes desbravadores do sertão, organizando expedições com a finalidade de capturar indígena e de procurar minerais e pedras preciosas [...] penetraram

---

<sup>8</sup> INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATEs: Diretrizes e Manual Operacional. Brasília, 2004. 62 p.

para o interior até grandes distancias e terminaram destruindo as missões que os jesuítas espanhóis haviam implantado [...]. (ANDRADE 1995, p.167-168)

Porém a perseguição ao povo indígena não parou somente na era de colonização do Brasil e desbravamento do território brasileiro. Com o passar do século praticamente todo território brasileiro foi povoado, temos nesse contexto o início da ocupação do espaço e a produção das primeiras frentes capitalistas no então estado de Mato Grosso, área sul que hoje é denominada Mato Grosso do Sul.

No final do século XVIII, a Companhia Mate Laranjeira, chegou a este território que além de tomar conta de grandes extensões de terras ocasionou também a expropriação dos indígenas que viviam no espaço dos ervais. Estes, além de serem expropriados serviram de mão de obra barata para a empresa.

Segundo Silva (1982) Tomás Laranjeira, proprietário da Companhia, teve como principal influência seu compadre Generoso Ponce, que na época era uma figura política relevante no então território de Mato Grosso, e que usou de seu cargo para conseguir uma resposta positiva do governo imperial para a concessão dos ervais para Tomás Laranjeira. Na perspectiva de Generoso Ponce, esse projeto de arrendamento traria vantagens para Mato Grosso, tendo em vista que o empreendimento atrairia muitas pessoas, levando o povoamento para o sul do estado.

Com o intuito de explorar as diversas economias da região de Mato Grosso, Thomaz Laranjeira se instalou no Paraguai, aguardando a concessão para se instalar no Brasil. Com o decreto imperial nº 8799 em dezembro de 1882, foi concedida a autorização legal de dez anos para a colheita de mate nos limites da Província de Mato Grosso.

A empresa explorou por muito tempo a porção sul-mato-grossense. Usando de influências junto ao governo imperial sempre conseguiu renovar seus contratos de arrendamento. Com isso, por um lado, promovia o enriquecimento de poucas figuras de nomes renomados e, por outro lado, explorava a mão de obra, sobretudo dos povos nativos, com péssimas condições de trabalho e exaustivas jornadas, caracterizando assim, praticamente um trabalho escravizado.

Em Mato Grosso do Sul, esta Companhia concentrou suas atividades sobre o território de ocupação tradicional guarani e kaiowa. Seu monopólio, por um lado afastou outros ocupantes não indígenas, retardando em algumas regiões o processo de esbulho do território guarani e kaiowa, mas por outro, submeteu uma grande quantidade de indígenas a trabalhos extremamente

penosos e a intensos deslocamentos em face do trabalho [...] (BRAND<sup>9</sup>, 1993, p. 47-55 apud CAVALCANTE, 2013, p.23).

Ainda com relação à Companhia Mate Laranjeira, Silva (1982) destaca que:

[...] o regime da grande propriedade, da concentração excessiva de poderes em mãos particulares, contrastando com a fraqueza do poder público local e, em função da distância, da fiscalização do poder estadual. Atraíram, contudo, um volume de capitais financeiros para a região sulista do estado que acabaram por proporcionar aos núcleos urbanizados, dispersos pelo território, alguns elementos de progresso. (SILVA, 1982, p.30).

A ocupação do território sul-mato-grossense pela Companhia Mate Laranjeira e a manutenção de sua hegemonia durante um longo período acarretou a expropriação das populações nativas. Porém, na primeira metade do século XX a empresa perdeu seu monopólio sobre o território, pois aliado a isso e a vontade de elites interessadas na ocupação e exploração da região sul do Mato Grosso, levou o governo de Getúlio Vargas a encerrar o contrato com a Companhia em 1940, quando implanta a Colônia Nacional Agrícola de Dourados – CAND. Todavia, agravando o processo de expropriação dos povos indígenas.

Nesse sentido, segundo Cavalcante (2013, p.24), com o projeto de colonização e implantação da CAND em 1940, o governo federal “[...] visava dar pequenos lotes de terra para colonos oriundos de diversas partes do país. O grande problema é que as terras escolhidas já eram habitadas pelos Guarani e Kaiowa [...]”.

Como já destacamos anteriormente, no estado de Mato Grosso do Sul os conflitos indígenas se intensificaram com o processo de colonização implantado pelo Estado em sua política desenvolvimentista da primeira metade do século XX e, sobretudo a partir da década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola.

Como afirma Mondardo (2013), a população indígena foi sendo cada vez mais confinada em pequenos espaços para que suas terras fossem exploradas pela agricultura capitalista.

Foi devido ao avanço territorial de frentes de exploração econômica dos recursos naturais, reocupação, colonização e pela implantação da moderna agricultura com a difusão do agronegócio por meio de monoculturas como a soja, milho e mais recentemente a cana-de-açúcar, além da pecuária extensiva, que os povos indígenas foram sendo reunidos em reservas como estratégia de contenção territorial, na forma de “confinamento”, o que

---

<sup>9</sup>BRAND, Antonio Jacó. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pai-Kaiowá**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

consequentemente produziu uma série de tensões e embates nessa região de fronteira. (MONDARDO, 2013, p.767-781)

Mediante o exposto, vê-se que os conflitos atuais entre indígenas e fazendeiros em Mato Grosso do Sul, envolvendo as retomadas e demarcações de terras, têm sua origem nesse processo de ocupação.

### **1.6 – A luta pela terra em Mato Grosso do Sul, breves considerações**

A concentração de terra, que se iniciou com a chegada da Companhia Mate Laranjeira, se acentuou em decorrência das políticas de ocupação do governo Vargas e, posteriormente com os processos de modernização da agricultura durante os governos militares, alavancados, sobretudo a partir dos anos 1960. O modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista hoje denominado de agronegócio protagoniza a concentração de terras no estado e acirra as disputas territoriais, envolvendo diferentes sujeitos sociais, tais como fazendeiros, indígenas, trabalhadores sem terra e o próprio Estado, que atua no sentido de conter os conflitos, criminalizando os movimentos e favorecendo o agronegócio.

Há que se destacar que as populações indígenas foram as primeiras a sentir as consequências dessa concentração, pois muitos grupos foram expropriados de seu território em detrimento do grande capital. Hoje confinados em aldeias, não conseguem desenvolver suas culturas, haja vista a pequena extensão territorial dessas áreas para atender às demandas destas populações. Insatisfeitos com o processo de expropriação de seus territórios desde seus ancestrais, várias etnias enfrentam os fazendeiros na perspectiva da retomada de suas terras.

Como destaca Mondardo (2013, p.769)

Nos últimos cem anos, principalmente, os Guaranis-Kaiowás vivem processos de desterritorialização/expropriação de suas terras, exploração da sua força de trabalho e precarização de seu modo de vida tradicional. Foi devido ao avanço territorial de frentes de exploração econômica dos recursos naturais, reocupação, colonização e pela implantação da moderna agricultura com a difusão do agronegócio por meio de monoculturas como a soja, milho e mais recentemente a cana-de-açúcar, além da pecuária extensiva, que os povos indígenas foram sendo reunidos em reservas como estratégia de contenção territorial, na forma de “confinamento”, o que consequentemente produziu uma série de tensões e embates nessa região de fronteira.

Em se tratando da luta pela terra Mato Grosso do Sul, envolvendo os trabalhadores sem terra e os movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do MST, Melo (2017) destaca que a mesma se agravou com o processo de expansão da agricultura capitalista,

principalmente na década de 1970 com a denominada Revolução Verde<sup>10</sup>, tendo como marco a ocupação da fazenda Santa Idalina, em 1984.

Em Mato Grosso do Sul, a questão agrária tem sua origem no processo de apropriação capitalista da terra ocorrido por meio de leis e políticas que permitiram a grilagem e a concentração fundiária no Estado. Os problemas sociais no campo se agravaram com a intensificação do atual modelo de agricultura capitalista, denominado de agronegócio, com origem na Revolução Verde, na década de 1970. A ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema (MS), em abril de 1984, marcou a luta pela terra no Estado e colaborou para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em nível estadual. (MELO, 2017 p.133)

O território de Mato Grosso do Sul se originou e se consolidou na perspectiva da concentração de terra, isso graças a atuação do próprio Estado, que historicamente tem favorecido demonstra a classe dominante em detrimento dos povos nativos, camponeses e trabalhadores sem terra. Como destaca Fabrini<sup>11</sup> (2008, p. 58 apud MELO, 2017, p. 139)

[...] A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no Sul do Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada.

No estado de Mato Grosso do Sul ainda há reivindicações para que aconteça uma reforma agrária mais ampla, porém as mobilizações indígenas e dos movimentos sociais de luta pela terra, enfrentam forte resistência dos ruralistas, haja vista que muitos dos que se encontram no governo do estado são grandes agropecuaristas/latifundiários, a exemplo do atual governador, Reinaldo Azambuja.

Nesse sentido, faz-se importante salientar que:

[...] segundo a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFA/MS), há 6.638 famílias acampadas reivindicando Reforma Agrária, espacializadas em 58 acampamentos, em diversos municípios, mas, destacando-se 10 em Campo Grande, nos contornos rodoviários da cidade, ou seja, no Anel Viário e na BR-262. (NARDOQUE; KUDLAVICZ; MELO, 2018, p.5)

<sup>10</sup>A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington. Porém, o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde ocorreu no final da década de 1940. Esse programa surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo que aumentassem a produtividade. Isso se daria através do desenvolvimento de sementes adequadas para tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo para o plantio e desenvolvimento de máquinas. (OLIVEIRA, 2007, p.43-56)

<sup>11</sup> FABRINI, J. E. A posse e concentração de terra no sul de mato grosso do sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. p.53-79.



Outro aspecto a ser destacado é a dissolução de movimentos sociais e o surgimento de outros. Fato que enfraquece os movimentos fortes, que possuíam muitos integrantes que davam a força aos mesmos, a exemplo do MST, que é o principal movimento de luta pela terra, apesar de hoje dividir espaço com outros movimentos que surgiram.

Segundo informações coletadas junto aos movimentos socioterritoriais, nos últimos anos, os movimentos de luta pela terra, em Mato Grosso do Sul, diversificaram-se, com o surgimento de vários, mas com a formação de três frentes, como são denominados os grupos que unificam a luta pela terra: a Coalizão, englobando a Frente Nacional de Luta (FNL), o Movimento Sul-mato-grossense da Agricultura Familiar (MAF) e o Movimento Popular de Luta (MPL); Unitária, com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento de Luta por Reforma Agrária (MCLRA), do NOVO, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Organização de Luta pela Terra (OLT), das Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil, da Federação da Agricultura Familiar (FETAGRI/MS), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB/MS); a Independente é formada por apenas um movimento, a FAF (Federação da Agricultura Familiar). (NARDOQUE; KUDLAVICZ; MELO, 2018, p.5)

O estado convive há muito tempo com uma política neoliberal, que não tem mostrado resultado satisfatório quanto a políticas públicas voltadas para a reforma agrária. Assim os problemas só se intensificam, sem projetos para os assentamentos, sem assistência técnica para aprovações de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, pois os órgãos responsáveis por esses assuntos como Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER e INCRA quase não recebem investimentos de governo federal e estadual.

Desse modo, há um verdadeiro esquecimento da agricultura familiar e até mesmo outras minorias que depende dessas políticas estão esquecidos, como ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

E, além disso, tem os assentamentos que ainda não são emancipados, que dependem do Estado e dos órgãos responsáveis pela agricultura familiar. Os mesmos sofrem com a precariedade e a burocratização de assuntos que poderiam ser rapidamente resolvidos se fossem tratados como prioridade.

## CAPÍTULO II - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO PALMEIRA E SUA ESTRUTURAÇÃO ATUAL (1998 – 2018)

### 2.1- Localização geográfica do assentamento Palmeira

O referido assentamento está localizado ao sul do Município de Nioaque, sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Sua sede está definida pelas coordenadas geográficas - 21° 13' 37,3" latitude sul e -56° 09' 20,2" longitude oeste.

O assentamento conta com duas vias de acesso que leva até as áreas urbanas. Uma rota de acesso aos municípios de Guia Lopes da Laguna e Bonito, pela rodovia MS 382, enquanto outra rota se dá pela BR 060, que leva também aos municípios de Nioaque e Guia Lopes da Laguna.

Figura01- Localização do assentamento Palmeira no território de Nioaque/MS  
Fonte: Google Earth Pro



### 2.2 - Caracterização dos aspectos físicos do assentamento Palmeira

Segundo o Plano de Consolidação do Assentamento Palmeira - Nioaque-MS (2003), o clima predominante na região é classificada pelo Köppen, de Tropical Úmido, com verão chuvoso e inverno seco. Na proximidade da faixa de transição pode ser identificado o clima Cfa (Tropical úmido com verão quente sem estiagem). Essa característica climática proporciona ao assentamento algumas adversidades, tais como, por exemplo, na estação do inverno, quando o nível pluviométrico diminui consideravelmente a população sofre com a estiagem, especialmente quanto ao trato dos animais devido a escassez da pastagem. Houve anos em que muitos assentados perderam cabeças de gado devido à falta de pasto, esses animais emagrecem muito e acabam morrendo debilitados.

Conforme o Plano de Consolidação do Assentamento (2003), os tipos de solos que abrangem a área do assentamento são: Podzólico Vermelho-escuro Álico, Planossolo Solódico distrófico, Plintossolo Solódico, Areia Quartzosa Hidromórficas. Todos os solos citados, apresentam baixa fertilidade, restringindo a aptidão da terra à pastagem nativa, limitando assim as práticas agrícolas, pois requer investimentos financeiros para melhoramento desses solos. Todavia, isto se inviabiliza tendo em vista que os parceiros não possuem renda suficiente para efetuar o manejo. Essas características do solo, refletem na economia da população do assentamento, já que há o predomínio da pecuária no local, com o pouco investimento na formação da pastagem.

Em termos de recursos hídricos, cabe salientar que o assentamento está localizado na Bacia do Rio Paraguai e sub – Bacia do Rio Miranda, que margeia o assentamento na divisa oeste e tendo como principais cursos d'água os córregos do Barro, Sucuri e Palmeira, que passam dentro da área do mesmo. Todavia, a água desses córregos é usada somente para dessedentação dos animais, já que não possuem vazão suficiente para ser usado na irrigação dos cultivos e uso doméstico, por exemplo.

### **2.3 - Um breve contexto histórico da luta pela terra**

Como destacado no primeiro capítulo a luta pela terra no contexto da questão agrária no Brasil vem ocorrendo há muito tempo no Brasil e, assim como muitos outros assentamentos do território brasileiro a formação do Assentamento Palmeira também nasceu de uma luta de camponeses que se juntaram e foram em busca de seus direitos e de uma vida mais digna.

Em entrevista com assentados remanescentes da época dos acampamentos, denominado dentro da comunidade de pioneiros, muitos relatos pessoais foram contados, tanto de lutas, resistências e dificuldades que todos enfrentaram durante a reivindicação de desapropriação da propriedade, na qual se encontravam acampados.

Segundo o Plano de Consolidação do Assentamento Palmeira - PCA (2003)<sup>12</sup>, tudo teve início com a organização do Sr. João Nunes, representante do MST, em agosto de 1994, na cidade de Bela Vista. Na ocasião, foi realizada uma reunião com 27 pessoas, as quais tinham o mesmo objetivo que é a luta pela terra. Desse modo, decidiram que ocupariam a Fazenda Palmeira, localizada às Margens do Rio Miranda, no município de Nioaque.

Em 11 de novembro do mesmo ano aconteceu a primeira ocupação, porém a permanência na fazenda durou apenas quatro dias, pois a Polícia Militar foi acionada e eles tiveram que sair. No entanto, quarenta e oito horas depois de serem expulsos pela polícia, eles voltaram a ocupar novamente, agora montando acampamento às margens do Córrego do Barro, sendo novamente expulsos pela polícia após seis dias.

Todavia, a luta e o sonho de conquistar o tão sonhado pedaço de terra continuaram e depois de alguns dias fizeram uma nova ocupação na fazenda Palmeira, com a ajuda de mais quarenta famílias advindas dos municípios de Antônio João, Bela Vista e Jardim. Mais uma vez, após oito dias foram novamente retirados.

Há que se destacar que essas expulsões, no entanto, não era motivo de desânimo e, cada vez mais o acampamento que tinha o nome de 11 de novembro ganhava força. Assim mais noventa e uma famílias, provenientes dos municípios de Sidrolândia e Jardim se juntaram ao acampamento e novamente ocuparam a fazenda. Posterior a esta nova ocupação o grupo foi obrigado a se retirar do local, dessa vez sob ordem judicial.

Durante três meses as famílias do acampamento 11 de novembro, ficaram acampadas na Rodovia MS 382 que liga os municípios de Guia Lopes da Laguna e Bonito. O acampamento se estendeu ao longo da Ponte do rio Miranda, agregando ao grupo mais 36 famílias que, na ocasião, foram encaminhadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI.

---

<sup>12</sup>Plano de Consolidação do Assentamento Palmeira (2003), foi elaborado pela Cooperativa de Desenvolvimento Rural e Agronegócio – COOPAER, a partir do Programa de Consolidação e Emancipação (autossuficiência) de Assentamentos resultantes da reforma agrária, foi Coordenado pelo engenheiro agrônomo, Nelson Almirão Gordim, e contou com uma equipe técnica na qual participaram os seguintes profissionais: dois engenheiros agrônomo, um engenheiro florestal, um engenheiro civil, um economista e uma assistente social, o livro se encontra no centro comunitário do assentamento.

Finalmente, em maio de 1996, as 198 famílias ocuparam pela 12ª vez a fazenda Palmeira e, dessa vez puderam permanecer acampados até se concretizar a ação de desapropriação.

#### **2.4 - Consolidação do Assentamento**

Depois de muita luta entre ocupação e despejo, o grupo de camponeses conseguiriam a desapropriação das áreas da fazenda Palmeira e da Fazenda Santa Maria, com área total de 4.172,7154 hectares, sendo que 24,41% deste total corresponde a área da reserva legal, ou seja, 1018,4688 hectares.

A área foi dividida entre 112 (cento e doze) famílias, sendo que 3 (três) já residiam nas fazendas, as outras foram sorteadas entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no qual as famílias pertencente ao movimento se situaram na área sul do assentamento e as famílias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) se fixaram na área norte, após a ação de desapropriação n. 970.078-9. A emissão de posse foi efetuada em 13 de fevereiro de 1998. Em 23 de março de 1998, por meio da Portaria PA: Nº 20, o INCRA concluiu a abertura das estradas.

No assentamento se solidificou dois núcleos, sendo esses as sedes das fazendas desapropriadas, fazenda Santa Maria e Palmeira.

#### **2.5 – Projeto de implementação do assentamento com recurso do BIRD**

O projeto Programa de aceleração do Crescimento – PAC, o qual tinha como propósito fomentar e desenvolver infraestrutura no assentamento Palmeira foi implantado em 2004, porém começou a ser executado somente em 2006. O mesmo disponibilizou um recurso no valor de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil reais), procedentes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Tal recurso era destinado para melhorias e ampliação de infraestrutura dentro do assentamento.

O valor do projeto foi depositado em uma conta poupança no nome da associação vinculada ao INCRA e, tinha como parceria o INCRA, a Associação do Projeto de Assentamento Palmeira (APRAP) que representava os assentados e a prefeitura do município de Nioaque.

A contrapartida desse projeto ficou dividida da seguinte forma: Da prefeitura 10% de contrapartida em melhorias das estradas dentro do assentamento e nas estradas vicinais. Da Associação 10% em mão de obra dos associados para ajudar em afazeres que necessitasse, já o INCRA ficou responsável pela formulação e organização dos projetos.

Depois de discutido amplamente na associação o PCA do assentamento, membros da associação, representantes do INCRA e representantes do Banco chegaram conclusão que o recurso fossem destinado para a construção de um prédio no qual funcionaria a escola; implantação da rede de abastecimento de água dentro do assentamento; construção de um centro comunitário; recuperação de solo; reforma habitacional e composição de uma equipe de assistência técnica. Em 2006, esses projetos começaram a ser licitados.

A assistência técnica foi o primeiro item a ser licitado. A empresa vencedora da licitação foi a Campo Consultoria Agronegócio. A assistência técnica seria efetuada por uma equipe composta por um agrônomo, um técnico agrícola e uma assistente social. A principal função dessa equipe era acompanhar todos os outros projetos que seria desenvolvido no assentamento durante três anos.

Em 2007, foi licitado o projeto de construção do prédio da escola, com o recurso de aproximadamente 250.000 mil. Na ocasião, uma construtora de Campo Grande venceu a licitação e ficou responsável pela construção de um prédio com quatro salas e banheiros.

Ainda em 2007, foi licitado o projeto de Conservação e Recuperação da Capacidade Produtiva do Solo, para o qual foram destinados aproximadamente 520.000 mil reais. A empresa vencedora ficou responsável por oferecer aos assentados, ou seja, às 112 famílias, descompactação de 560 há de terras, através da pratica de subsolagem, sendo 5 há por lote; 896 hectares de terraciamento e curva de nível ou caixa de contenção. Para isso foi necessário mapear as nascentes, lagos e matas ciliares para a proteção das mesmas.

Ao final dos serviços da empresa os assentados tinham o direito correção do pH do solo através da calagem com calcário dolomítico, mais a aplicação de fosfato de natural para aumentar os teores de P205 que já estão disponíveis no solo, nos 112 lote, sendo 5ha por lote. Para atender a esta demanda foi comprado 350.000 mil toneladas de calcário e 70.000 mil toneladas de fosfatado.

Em 2009, foi licitado o projeto da rede de abastecimento de água. Nesse projeto a empresa vencedora ficou responsável pela implantação de 33 km de rede de abastecimento no assentamento, captando água de três poços artesianos com a estrutura completa, ou seja, bomba de água, encanamento e cavalete em todos os lotes.

No mesmo ano, foi licitado o projeto de construção do centro comunitário no valor de 96 mil reais. O projeto compreendia a construção de uma sala para reunião, cozinha, uma sala escritório e um banheiro.

Com o fim dos projetos em 2010, ainda sobrou na conta bancária da associação o valor de 560.000 mil, o qual seria destinado à melhoria habitacional. Porém o assentamento recebeu nessa mesma época outro investimento para este fim, então ficou a cargo da associação decidir outro projeto para ser aplicado esse dinheiro. Os anos passaram e a associação enfrentou algumas inadimplências que impossibilitaram o acesso a esse dinheiro.

Todavia, uma vez solucionada a pendência e conseguido a adimplência, a associação enfrentou outros problemas, tais como a burocratização de acesso ao restante do crédito. Finalmente em 2016 o valor foi recolhido pelo Tesouro Nacional.

## **2.6 - Infraestrutura atual do assentamento Palmeira**

A infraestrutura encontrada no assentamento está dívida em dois núcleos. Na sede velha é onde se encontra a maior parte das construções, com dois prédios de alvenaria, que pertence à escola do assentamento, dos quais um foi obtido pelo Projeto do BIRD, contando com 4 (quatro) salas de aulas, 4 (quatro) banheiros masculinos e um vestiário e 4 banheiros masculinos e um vestiário.

O outro prédio de alvenaria, sem reboco, foi construído pela prefeitura de Nioaque para atender o assentamento, tendo sido usado como escola ainda na fase de formação. Esse prédio contava com duas salas de aulas, cozinha e uma sala de apoio administrativo, posteriormente, com dinheiro da APM foi construído mais uma sala e mesmo nos dias atuais ainda é usado pela escola. Também há um centro comunitário, com 1(uma) sala de reunião, 1 (uma) cozinha, 1 (um) escritório e 1 (um) banheiro.



**Foto 1:** Prédio da escola construído no início do assentamento pela prefeitura de Nioaque.

Fonte: SILVA, J. A. pesquisa de campo, 2018.



**Foto 2:** Prédio da escola construído com o recurso do Bird do projeto PAC.

Fonte: SILVA, J. A. pesquisa de campo, 2018.

Da infraestrutura que restou da sede da fazenda Palmeira, há dois cômodos que são utilizados como sala pela Escola Estadual Odete Ignês Resstel Villas Bôas, na qual funciona o Ensino Médio. Os demais cômodos estão condenados, não sendo mais utilizados devido à deterioração (Figuras 3 e 4).





**Foto 3:** Casa da fazenda Palmeira, atualmente usada pela EE Odete Ignês Resstel Villas Bôas.  
Fonte: SILVA, J. A. pesquisa de campo, 2018.



**Foto 4:** Estrutura da sede da fazenda Palmeira, atualmente condenada  
Fonte: SILVA, J. A. pesquisa de campo, 2018.

Na “sede velha” existe também um galpão com um resfriador de leite (Figura 5) adquirido com recurso do Programa Nacional da Agricultura – PRONAF/infraestrutura, no qual alguns parceiros armazenam leite. Todavia, o mesmo se encontra também em situação bem precária, pois desde que foi construído nunca foi reformado.



**Foto 5:** Galpão com um resfriador de leite implantado pelo Programa Nacional da Agricultura – PRONAF/infraestrutura.  
Fonte: SILVA, J. A. pesquisa de campo, 2018.

No segundo núcleo onde era a sede da fazenda Santa Maria a casa da fazenda no início do assentamento foi destinada ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI<sup>13</sup> e, posteriormente passou a ser o posto de saúde (Figura 6). Neste ano de 2018, a prefeitura reformou o prédio que continua sendo o posto de saúde. O galpão da fazenda, que é de madeira, possui dois cômodos, sendo que uma das salas está ocupada com um resfriador de leite, e a outra está vazia, sendo usada eventualmente para reuniões (Figura 7).



**Foto 6:** Posto de Saúde do assentamento  
Fonte: SILVA, J. A. pesquisa de campo, 2018.

---

<sup>13</sup> Conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O programa, além de assegurar transferência direta de renda às famílias, oferece a inclusão das crianças e dos jovens em serviços de orientação e acompanhamento. A frequência à escola também é exigida. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti>. Acessado em 09/11/2018.



**Foto 7:** Antigo galpão da fazenda Santa Maria  
Fonte: SILVA, J. A. pesquisa de campo, 2018.

O assentamento ainda conta com três poços artesianos, sendo um poço localizado no lote 79 (Figura 8), perfurado com recurso do PRONAF/ Infraestrutura e outros dois poços localizados nos lotes 38 e 68, perfurados com recursos na Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Estes são destinados à captação de água e distribuição para as famílias no assentamento.



**Foto 8:** Poço artesiano no lote 79.  
Fonte: SILVA, J. A. pesquisa de campo, 2018.

O assentamento conta também com 25 quilômetros de rede de energia elétrica que beneficia as 112 famílias, recurso conseguido na consolidação do assentamento através do Programa Luz no Campo do governo do estado.

A implantação da infraestrutura do assentamento é de vital importância, pois é ela que garante aos assentados acesso à educação, saúde e promove o desenvolvimento do

assentamento. Por exemplo, a construção da escola garante que as pessoas que moram ali não precisem se deslocar até a cidade para ter acesso à educação. O mesmo ocorre com o posto de saúde, ou seja, se há assistência médica básica no posto de saúde não tem necessidade de os assentados se deslocarem até a cidade para buscar atendimento, a não ser em casos de atendimento emergencial ou especializado.

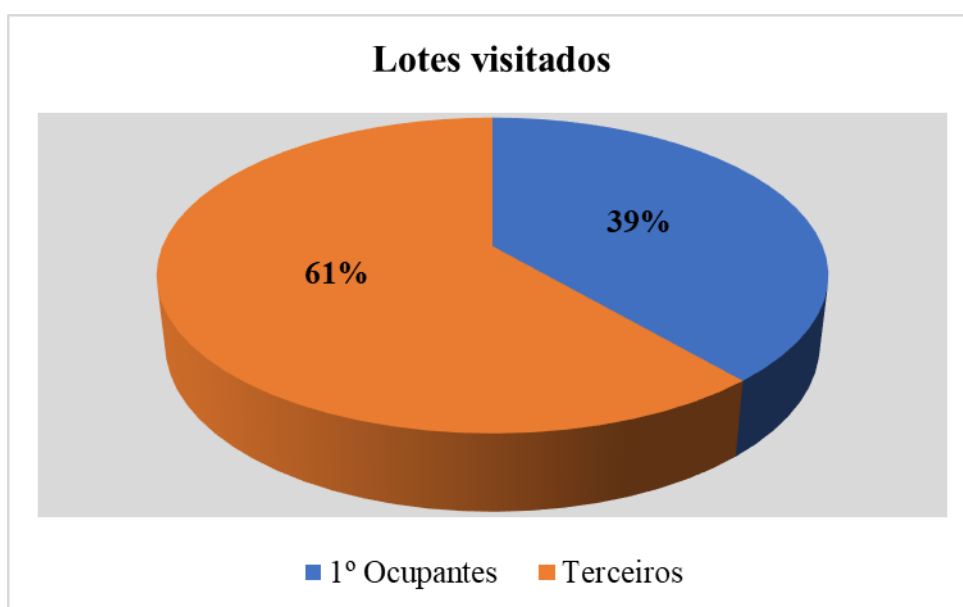
Além disso, os resfriadores que armazenam o leite, os poços artesianos e a rede de abastecimento de água são essenciais para garantir condições dignas de produção, geração de renda e permanência nos lotes, a exemplo da água que é usada para consumo humano e dessedentação dos animais.

### CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ASSENTAMENTO PALMEIRA

Como já informado no capítulo anterior, o assentamento Palmeira possui 112 lotes. Todavia nesta pesquisa adotamos o sistema de amostragem, por meio da qual visitamos 31(trinta e um) lotes, o equivalente a 28% dos lotes, nos quais entrevistamos os responsáveis pelos mesmos.

#### 3.1 – A composição do assentamento quanto aos ocupantes dos lotes

Do universo de assentados entrevistados 12 titulares declararam que estão no lote desde o início do assentamento, isto é, 39% ainda são os primeiros ocupantes. Dezenove titulares, ou seja, 61%, declararam que não são os primeiros ocupantes do lote, declarando-se terceiros, assim como mostra os dados do (gráfico 1).



**Gráfico 1:** Caracterização dos ocupantes dos lotes no Assentamentos Palmeira.  
Fonte: SILVA, J. A. 2018.

Esse resultado mostra a realidade dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, ou seja, a população se organiza em grupos, escolhem um movimento de luta pela terra e busca seus sonhos. Porém, quando recebem a tão sonhada terra, não conseguem permanecer no local. Isso é resultado das várias etapas que esses camponeses passam. Muitos ficam anos em

barracos precários às margens das rodovias, sujeitos a vários tipos de adversidades, o que leva a desgastes físicos e até financeiros. Quando conseguem seus lotes já estão fragilizados.

Soma-se a isto à espera dos recursos do governo para iniciar a implantação da infraestrutura no lote. Esse período de espera pelo recurso do governo pode durar mais de ano, o que acaba levando muitos desses camponeses a vender por valores simbólicos suas terras ou até mesmo trocar por casas na cidade, voltando ao mercado de trabalho como trabalhadores assalariados e, se inserindo na lógica do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, vendendo sua força de para garantir a reprodução da vida. Isto quando não acabam voltando a acampar e ocupar novas áreas, engrossando novamente as fileiras dos movimentos.

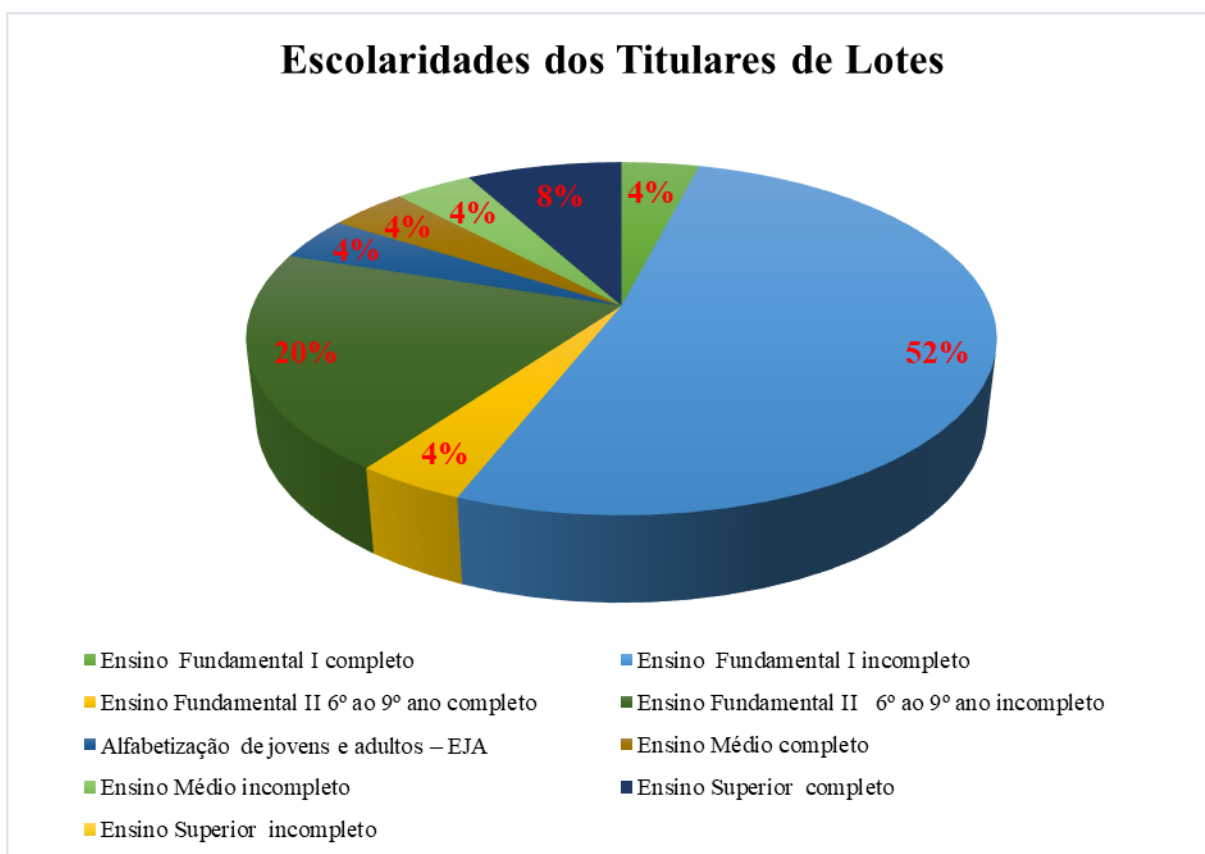
### **3.2 – O nível de escolaridade dos assentados**

Quanto à escolaridade dos entrevistados, cabe destacar que quando foi perguntado qual o nível de escolaridade dos mesmos, do total de entrevistados, seis responderam que nunca frequentaram a escola. Já nos níveis de ensino fundamental I completo, ensino fundamental II (do 6º ao 9º) ano completo, alfabetização de jovens e adultos, ensino médio completo e incompleto, as respostas corresponderam a um entrevistado para cada nível. Treze entrevistados declararam ter cursado o ensino fundamental I incompleto, e outros cinco entrevistados declaram ter cursado até o ensino fundamental II (do 6º ao 9º) ano incompleto. Dois entrevistados declararam ter cursado o ensino superior completo, o campo de ensino superior incompleto não compareceu nas respostas.

Os resultados obtidos refletem uma realidade não muito distante, que é a falta de oportunidade de estudo para pessoas que moram no campo. Uma preocupação real com a educação veio acontecer na era Lula, já que nesse governo algumas reivindicações da classe menos favorecida foram atendidas. Houve no contexto do governo Lula, maiores investimentos em formação de profissionais para atender a demanda, foram implantadas frotas de veículos para a população que mora no campo e não tem como frequentar uma escola.

A maioria das pessoas que responderam as perguntas reclamou da falta de acesso à educação na sua época escolar. Outra questão também apresentada foi a falta de tempo para

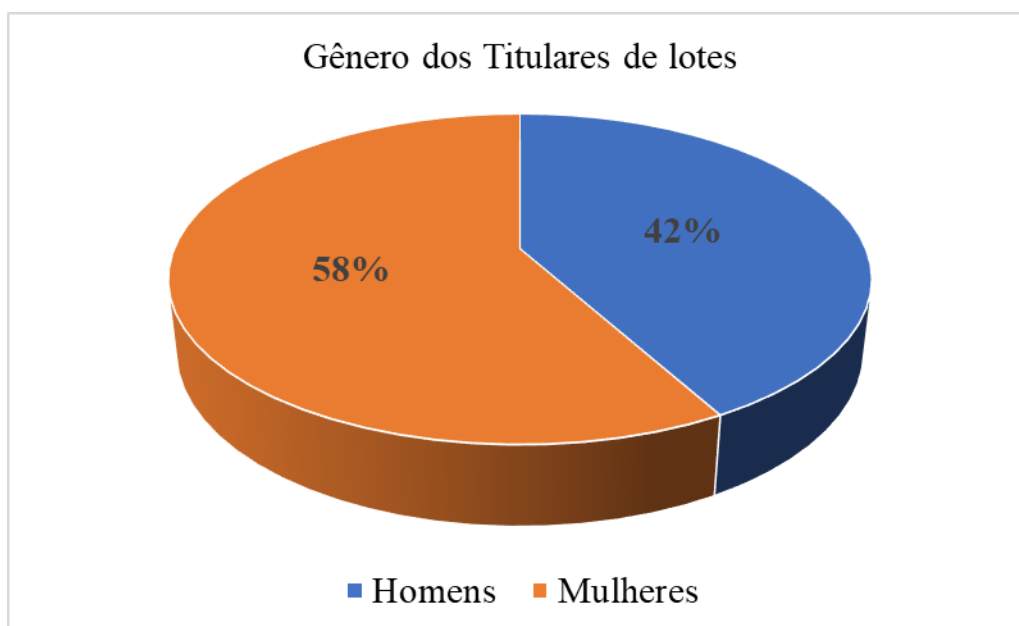
frequentar a escola já que muitos tinham que trabalhar para ajudar a família. Os dados detalhados estão no gráfico 2 abaixo.



**Gráfico 2:** Nível de escolaridade dos titulares de lote  
Fonte: SILVA, J. A. Pesquisa de campo 2018.

### 3.3 – Titularidade dos lotes por gênero

Em termos de titularidade dos lotes foi possível identificar por meio das entrevistas, que a maioria dos lotes visitados tem como titular mulheres. Assim, do total de lotes visitados 18 mulheres se apresentaram como titular do mesmo, enquanto 13 lotes se encontram no nome dos homens. Considerando essa análise a partir de quem é primeiro ocupante do lote ou terceiro, pudemos verificar que em se tratando dos titulares terceiros, as mulheres predominam como titulares, enquanto no caso dos primeiros ocupantes os números são iguais, ou seja, de mulheres e homens como titulares, conforme gráfico 3.



**Gráfico 3:** Titulares de lote por gênero  
Fonte: SILVA, J. A. Pesquisa de campo 2018.

Sobre os lotes possuírem mulheres como titulares, alguns entrevistados relataram que isso decorre de vistorias do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o qual fez a transferência de titularidade do homem para a mulher. Um assentado relatou que adquiriu o lote quando ainda era solteiro e veio a se casar depois, porém depois que foi realizada a vistoria no lote quem passou a ser titular foi sua esposa e ele como dependente.

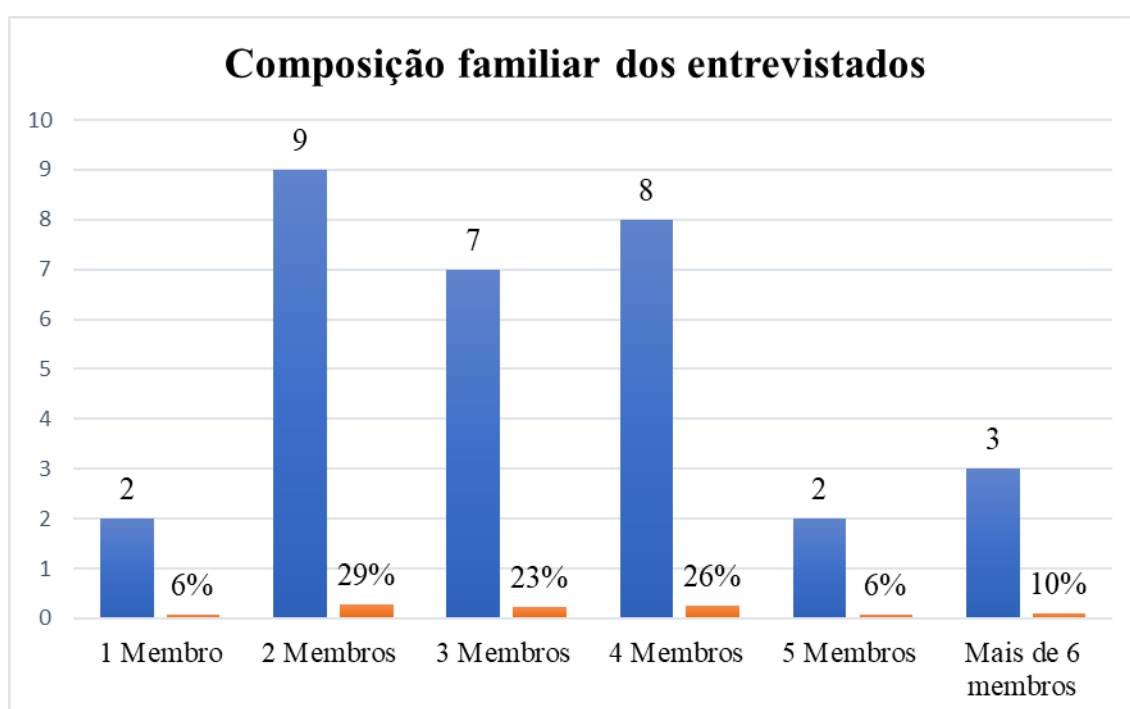
Na conversa com o superintendente do INCRA de Jardim, ele disse que as vistorias foram feitas pautadas na Portaria Nº 981/2003, a qual determina que todo lote que possuir um casal em situação de casamento ou amasiado, a titulação ou a concessão de uso – CCU é conjunta, ou seja, o nome dos dois contará com titulares.

A Portaria Nº 981/2003 constitui como obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável e a Instrução Normativa Nº38/2007, que acerta os procedimentos e instrumentos de cadastro de candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária, fez mudar a realidade da reforma agrária brasileira, dando mais força para a mulher no campo, isso reduz a desigualdade de gênero.



### 3.4 – Composição familiar dos assentados

Sobre a composição familiar, foi perguntado aos entrevistados quantas pessoas moravam no lote, dos 31 entrevistados 29% possui dois membros na composição da família; 26% possui quatro membros, 23% é composta por três membros; 10% é composta por cinco membros; e os 2% restantes compreende as famílias compostas por mais de seis membros e aqueles que moram sozinhos na parcela (Gráfico 4).



**Gráfico 4:** Composição familiar dos entrevistados

Fonte: SILVA, J. A. Pesquisa de campo 2018.

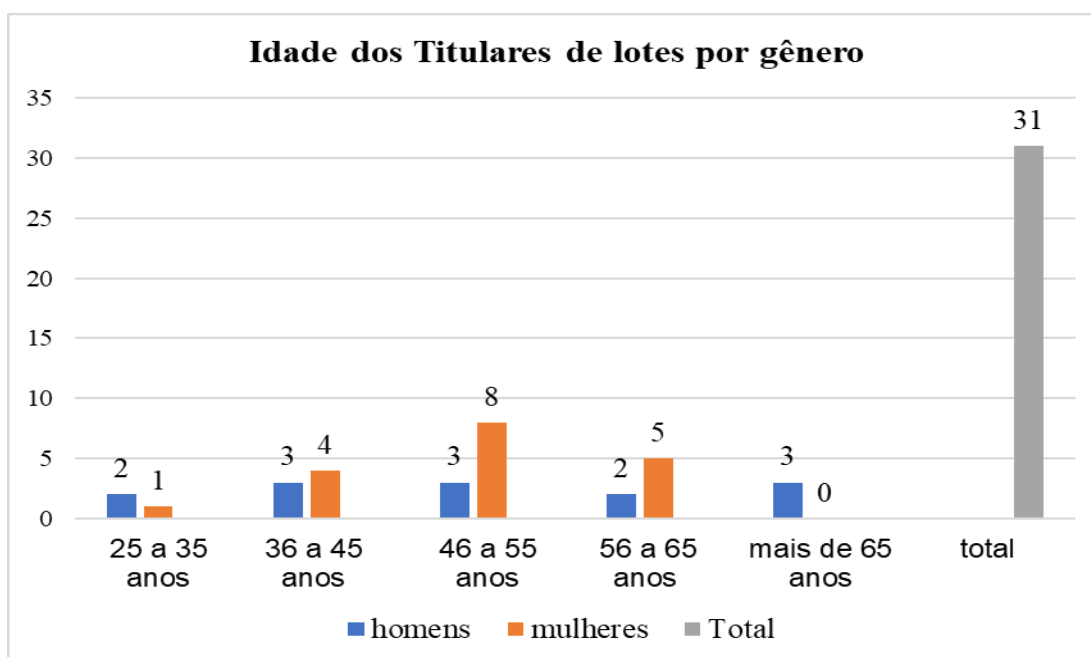
Outra realidade bastante comum nos assentamentos rurais do Brasil é a evasão dos jovens. Quando observamos a composição familiar existente nos lotes visitados, percebemos que 29% das famílias são compostas por apenas duas pessoas. Porém, as pessoas entrevistadas responderam que têm filhos já adultos e que moravam com elas somente na época escolar. Depois que terminaram o ensino médio na escola do assentamento foram embora do mesmo em busca de emprego ou ensino superior.

Quanto aos que declaram ter mais de dois membros na família, a maioria é porque tem filhos com idade escolar, ou seja, os filhos ainda estudam na escola do assentamento. Todavia

durante as entrevistas pudemos observar que o desejo dos pais é que os filhos assim que terminarem os estudos busquem outros caminhos. Poucos manifestaram a vontade que os filhos fiquem do seu lado no assentamento. O desejo que os filhos fiquem no assentamento vem mais das famílias que estão no local desde o início, são aqueles que viveram a luta pela terra. Mesmo assim são bem poucos os que ainda têm essa visão.

### 3.5 - Idade dos Titulares de lotes

A idade foi um dos itens perguntado para os entrevistados, com o propósito de entender se a idade dos assentados interfere no processo produtivo e de desenvolvimento do assentamento. Desse modo, entre o universo entrevistado verificamos que três responderam que tinham entre 25 a 35 anos, sendo dois do sexo masculino e um do sexo feminino. Sete entrevistados estão no grupo dos que declararam ter entre 36 e 45 anos, dos quais três são do sexo masculino e quatro femininos. O terceiro grupo composto por 11 entrevistados declarou ter entre 46 e 55 anos, sendo que três são do sexo masculino e oito femininos. Na faixa etária entre 56 e 65 anos, entrevistamos sete assentados, dos quais dois são do sexo masculino e cinco femininos. Dentre os entrevistados verificamos também duas pessoas com mais de 65 anos, ambos do sexo masculino (Gráfico 5).



**Gráfico 5:** Idade dos assentados entrevistados por gênero.  
Fonte: SILVA, J. A. Pesquisa de campo 2018.

Cabe destacar, com base na pesquisa de campo e nos dados apresentados acima, que dentre os assentados com idade mais avançada e, portanto, já aposentadas ou se aposentando, se encontram os parceleiros que estão no assentamento desde o início. Os entrevistados em idade economicamente ativa se encontram no grupo daqueles que chegaram ao assentamento posteriormente a sua criação ou que adquiriram lotes recentemente.

### 3.6 – Produção e renda da população do Assentamento Palmeira

Na questão da renda e produção dos parceleiros entrevistados, podemos destacar que dos trinta e um lotes visitados, vinte e três desenvolvem atividades como pecuária e agricultura, seis realizam somente a pecuária e dois efetua apenas a agricultura (Tabela 1).

Tabela 1: Atividades desenvolvidas nos lotes do assentamento Palmeira.

<i>Atividades desenvolvidas</i>	<i>Quantidade de lotes</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Pecuária e agricultura</i>	23	74,1%
<i>Pecuária</i>	6	19,3%
<i>Agricultura</i>	2	6,4%
<i>Total de entrevistados</i>	31	100%

Fonte: SILVA, J. A. – Pesquisa de campo, 2018.

Com base nas informações levantadas durante as entrevistas, há que se destacar que no que se refere à comercialização para obtenção da renda familiar a pecuária é a principal fonte. Apesar de a maioria possuir as duas atividades em seus lotes, o cultivo agrícola, na maioria dos casos, é realizado para garantir apenas o autoconsumo da família.

Na tabela 2 podemos observar a renda anual dos assentados que variou muito entre os entrevistados, a menor renda declarada durante a pesquisa foi de 5.724,00 mil reais e a maior foi de 60.000 mil reais.

Como fonte da renda declarada pelos entrevistados cabe destacar que, além da venda do que produzem no lote, os parceleiros também recebem auxílio do governo, tais como pensão, aposentadoria e Bolsa Família. Ainda tem os que fazem algum tipo de serviço fora do

lote como empreitas e diárias, bem como aqueles que trabalham como assalariados em fazendas na região, conforme demonstra a tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Atividades desenvolvidas e renda anual dos assentados entrevistados

<b>Nº de lote</b>	<b>Renda Anual(R\$)</b>	<b>Fonte da Renda</b>	<b>Local do comércio</b>
1	25.000	Salário de professora/ venda de gado	Vende na região e comunidade
2	5.724	Bolsa família/venda de abobora e melancia/ leite e derivado	Produtos vegetais na cidade, na rua e os produtos de origem animal na feira de GLL
3	24.000	Bolsa família/aposentadoria/ arrendamento de pastagem / venda de gado	Vende na comunidade e região
4	14.000	Aposentadoria/ venda de gado	Vende na comunidade e região
5	18.000	Aposentadoria/ venda de gado	Vende na comunidade e região
6	12.000	Venda de mandioca, abobora, verdura, melancia/ leite, frango e gado	Produtos vegetal vende na cidade e feira/ leite no laticínio e o gado na comunidade mesmo
7	12.000	Serviço na fazenda vizinha/ venda de gado	Vende na região e comunidade e frigorífico
8	12.000	Diárias prestadas fora do lote/vende leite, derivados de leite e gado	na comunidade mesmo, na cidade e entrega para terceiros vender na feira
9	14.000	Recebe bolsa família/ vende derivados do leite e gado	Gado e os derivados vende na região e na comunidade mesmo
10	30.000	Aposentadoria/ venda de Gado	Vende na comunidade e região
11	42.000	Serviços de diárias/ bolsa família/ venda de gado	Gado vende no frigorífico, e os bezerros na região e comunidade
12	12.000	Venda de gado de Leite e derivados	Leite vende no laticínio, e derivados e gado na comunidade e na cidade
13	9.600	Bolsa família/venda de mandioca, abobora, derivados do leite, frango e gado	Vende na comunidade e região o gado e os demais produtos na comunidade e cidades vizinhas
14	11.448	Trabalho no posto de saúde/ venda de gado	Vende na comunidade e região
15	18.000	Aposentadoria/venda de gado	Vende na região e comunidade
16	10.000	Diárias do cônjuge nas fazendas/venda do derivado de leite / venda do gado	Vende na região e comunidade
17	15.000	Serviço de professor/ venda de gado	Vende na comunidade mesmo

18	24.000	Aposentadoria/ venda de derivados de leite	Vende na cidade
19	20.000	Vende gado, arrenda a pastagem e tem pequeno comercio na escola	Gado vende a região mesma
20	12.000	Salário de merendeira e professor/ venda de gado	Na região e comunidade
21	20.000	Aposentadoria/ venda de leite e gado	Leite vende no laticínio e o gado na comunidade e região
22	20.000	Aposentadoria/ venda de ovo, frango e gado	Venda do ovo e frango feira/ o gado vende na região e comunidade e frigorifico
23	12.000	Bolsa família/ diárias do cônjuge/ venda de gado	Vende na região e comunidade
24	12.000	Diárias na comunidade/ arrendamento de pastagem	Não comercializa nenhum produto
25	10.000	Bolsa família/ arrenda o pasto e faz diárias nas fazendas vizinha	Não comercializa nenhum produto
26	20.000	Aposentadoria/ venda de frango, suíno e gado	Vende na cidade e na comunidade mesmo
27	7.000	Bolsa família/ arrenda a pastagem do lote/ diárias feitas em fazenda vizinha	Não comercializa nenhum produto
28	12.000	Auxílio doença, venda de leite e gado	Laticínio, na própria Comunidade
29	40.000	Venda de gado	Vende no frigorifico gado gordo e bezerro na região
30	28.000	Aposentadoria/ venda de gado	Vende na região e comunidade
31	60.000	Venda de gado	Vende na região os bezeros e no frigorifico

Fonte: SILVA, J. A. - Pesquisa de campo, 2018.

Quanto à comercialização e locais de comercialização da produção dos parceiros, vinte e quatro dos entrevistados declararam que vendem seus produtos na região mesmo, dentro dos assentamentos. Estes são a maioria que cria gado, eles não precisam deslocar sua mercadoria já que os compradores vão até eles.

Cinco entrevistados declararam que além de vender gado na região, vendem também gado de corte no frigorífico. Essa realidade mostra que apesar de ser um assentamento de reforma agrária, pautada na produção de base familiar, há parceiros que desenvolvem atividades pecuárias com perspectiva patronal, a qual se enraíza na comunidade.

Aqueles que produzem leite vendem-no para o laticínio. Esses armazenam o leite nos resfriadores que existem no assentamento e o caminhão do laticínio recolhe duas vezes na semana.

Aqueles que vendem derivados de leites, frangos, ovos e produtos de origem vegetal, sete no total, disseram que vendem dentro da comunidade, mas que também levam para cidade, porém sem um local fixo para vender. Oferecem aleatoriamente seus produtos ou vendem para aqueles que possuem barraca na feira.

Quando perguntado aos parceleiros se comercializavam produtos de origem animal e vegetal, o resultado foi que dos trinta e um parceleiros, vinte e nove responderam que vende os animais ou então vende leite e derivados. Apenas três dos vinte nove vendem também produtos da agricultura, como por exemplo, mandioca, abóbora, feijão e verduras, já outros dois responderam não comercializar produtos agropecuário (Tabela 3).

**Tabela 3:** Atividades desenvolvidas nos lotes do Assentamento Palmeira que geram renda aos parceleiros

<b>Atividade desenvolvidas nos lotes que geram renda aos parceleiros</b>	<b>Quantidades de lotes</b>	<b>Porcentagem</b>
Pecuária (comercialização de animal, leite e derivados e outros animais)	29	93,5%
Agricultura (plantação de lavouras e comercialização dos produtos)	3	9,7%
Não comercializa produtos pecuários ou agrícolas	2	6,5%
Total de entrevistados	31	100,0%

Fonte: SILVA, J. A. - Pesquisa de campo, 2018.

Os assentados realizam predominantemente a atividade pecuária extensiva, ou seja, a criação e venda de gado. Podemos dizer que existem vários motivos para essa realidade, dentre as quais se destaca a baixa fertilidade do solo, que dificulta a prática de atividades agrícolas. Uma realidade existente não somente no Assentamento Palmeira, mas em vários assentamentos.

Para desenvolver o cultivo agrícola com maior expressividade seria necessária a correção do solo. Então, esta é uma das causas que leva os assentados a optarem pela pecuária já que a pastagem para o gado é mais resistente, não exigindo necessariamente correção do solo e, tampouco investimentos para isto.

As fazendas desapropriadas tinham como principal atividade a pecuária extensiva e, com isso, várias áreas do assentamento já tinham a formação de pastagem, isso levou a população a utilizar essas áreas para continuar uma atividade que já existia. Além disso, esta é

uma atividade que não requer muitos investimentos a não ser no próprio gado e ter a pastagem, apesar de levar um tempo maior para gerar renda. O que faz com que os assentados procurem outros meios de obter renda, como, por exemplo, diárias, empreitas e até mesmo serviços assalariados em fazendas próximas ao assentamento.

Quando perguntamos aos entrevistados se realizam outras atividades fora do lote para complementar a renda, vinte e seis responderam que trabalham fora do lote, prestando serviços em fazendas vizinhas ao assentamento ou que fazem diárias dentro do próprio assentamento, neste caso para outros assentados. Dentre estes ainda tem dezoito que recebem algum tipo de auxílio do governo e vendem o que produzem no lote. Três responderam que apenas conseguem sua renda comercializando a produção do lote, outros dois parceleiros afirmaram que sua renda vem de auxílio que recebem do governo e do arrendamento da pastagem do lote para outros parceleiros (Tabela 4).

Tabela 4: Fontes de renda familiar no Assentamento Palmeira

<b>Fontes de renda</b>	<b>Quantidades de lotes</b>	<b>Porcentagem</b>
Trabalha fora, recebe auxílio do governo (bolsa-família, aposentadoria entre outros) e vende o que produz no lote	26	83,9%
Venda do que produz no lote	3	9,7%
Trabalho fora, recebe auxílio do governo e arrenda pastagem do lote	2	6,5%
Total de entrevistados	31	100%

Fonte: SILVA, J. A. - Pesquisa de campo, 2018.

Outro motivo é a precariedade com que essa população camponesa é assentada. Depois de anos de luta enfrentando todas as adversidades, acabam recebendo a terra em um estágio, sem recursos e sem assistência técnica para as famílias se estruturarem e aprimorarem as técnicas que já conhecem, dentre outros.

Essa realidade não é exclusividade do Assentamento Palmeira, mas da maioria dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Muitas famílias assentadas não conseguem se manter somente com o que produzem no lote. Isto se deve muitas vezes a dificuldade de acesso ao crédito, tendo em vista ser demorado e burocrático, demandando tempo e muitos deslocamentos até a cidade e às agências responsáveis. Desse modo, muitos desistem dos financiamentos.

Outro fator relevante é a falta de valorização da produção dos assentados, que nem sempre é possível inserir no mercado capitalista. Quando o próprio produtor tenta vender sua produção ela praticamente perde o valor, diferente se esse produto fosse comercializado em um supermercado, por exemplo. Apesar de que, mesmo neste caso o preço que é pago ao produtor por quem revende é muito menor do que o que é repassado ao consumidor final no supermercado.

Mesmo quando esse produtor assentado se organiza para vender seu produto com nota fiscal, encontra outra dificuldade que é validar esse produto, além de ter que pagar impostos que geralmente são exorbitantes. Isto contribui para ele desistir de regularizar seus produtos, e acabam vendendo com valores mais baixos. Significa dizer que o produto da agricultura familiar é desvalorizado, e não se faz nada quanto a isto, muito menos o poder público.

### **3.7 – A Associação e seu papel no assentamento**

Quando perguntado aos parceleiros se participavam de alguma associação, dos trinta e um entrevistados apenas doze responderam que sim. Entre esses que responderam sim 67% são primeiros ocupantes no lote e 33% são terceiros. Os outros dezenove entrevistados disseram que não participam da associação.

Podemos dizer que a participação dos mesmos na associação é pequena, numa comunidade sempre se espera maior participação da população. Porém o assentamento enfrenta algumas crises internas. A primeira delas está na origem do assentamento, ou seja, a existência de dois movimentos no processo de luta pela terra, quais sejam: o MST e a FETAGRI. Com o fim do acampamento e criação do assentamento e divisão dos lotes, o mesmo também ficou dividido em praticamente dois setores, ficando um grupo do lado sul e outro do lado norte.

O grupo de assentados vinculados ao MST criou a associação APRAP, a qual representa o assentamento junto ao INCRA e outros órgãos até nos dias atuais. Outras associações foram criadas e logo depois desfeitas, dada às divergências internas dos grupos. Esse é, portanto, um dos motivos de não haver uma coesão e uma participação efetiva dos assentados junto à associação.

Quando perguntado para os entrevistados que não participam da associação as respostas foram similares. Muitos reclamam que não veem resultados da mesma, que falta



organização dessa entidade. Outros reclamaram da falta de informação, pois, muitas vezes quando ocorre uma reunião, eles nunca ficam sabendo ou quando sabem já passou alguns dias. Outros falam ainda que associação não faz seu papel, expressando assim que a credibilidade da associação atualmente está em baixa.

Quando perguntado aos parceiros qual seria o papel de uma associação dentro do assentamento, a maioria das respostas é que a mesma tem como dever lutar pela melhoria e benefícios para o assentamento junto a órgãos governamentais e não governamentais.

Outros destacaram que a associação poderia ajudar no processo de regularização dos lotes de terceiros que se encontram irregular dentro da parcela. Houve ainda quem dissesse que o papel da associação é manter a união do assentamento.

Na entrevista com o atual presidente da associação A.B., foi perguntado para ele sobre o que o levou a assumir a presidência, ele explicou que no momento da mudança de representatividade não havia nenhum interessado no cargo, então o mesmo se viu na obrigação de assumir, pois, para ele a associação é uma entidade muito importante e, ele que está desde o início sabe da importância que APRAP teve e ainda tem na formação e consolidação do assentamento (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>14</sup>.

Foi perguntado também sobre a falta de participação dos assentados e o presidente da associação destacou que quando a população está organizada em grupo no acampamento todos tem um único objetivo que é a obtenção da terra. Porém quando todos conseguem a tão sonhada terra e entram em seus lotes, essa configuração muda. Pois, cada pessoa passa a ter objetivos diferentes e com o passar dos anos esse fato fica mais evidente, o que leva muitos a se afastarem da associação.

Outra questão também é a falta de projetos, já que os últimos projetos do assentamento foram concluídos em 2014, a partir daí não teve mais projetos significativos dentro do assentamento. Isso somado à crise política dos últimos anos, com cortes de recursos inviabilizou ainda mais a possibilidade de novos investimentos.

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada em: 13 de Setembro de 2018

### **3.9 - A participação dos entrevistados nos movimentos sociais que lutaram para a conquista da terra e olhar dos mesmos sobre a importância da luta na atualidade**

Nas entrevistas efetuadas com os assentados foi perguntado qual movimento social organizou o acampamento do qual eles tinham participado, ou se participaram alguma vez de algum movimento e o que eles achavam desses movimentos que lutam pelo direito a terra. Dos trinta e um entrevistados apenas dezesseis participaram dos movimentos, sendo dez integrantes do MST e seis da FETAGRI.

Quando questionados sobre a importância dos movimentos de luta pela terra na atualidade os entrevistados destacaram que somente com ações dessas entidades é possível a população pobre ter acesso a terra, pois se dependesse das ações dos governantes jamais teria acontecido a reforma agrária. Doze assentados reconhecem que apenas conseguiram os lotes graças à organização dos movimentos.

Vinte dos entrevistados ainda destacaram que as ações dos movimentos sociais são fundamentais para a manutenção e continuação da reforma agrária, porém, acreditam que esses movimentos perderam força e não atuam como antes na luta pela desapropriação de terra.

Houve também opiniões divergentes das já citadas, principalmente dos assentados que são terceiros no lote, apesar de não serem todos que partilham dessa mesma ideia, cinco dos titulares de lote acham que os movimentos pregam a violência, fazem bagunça e lutam por pessoas que na verdade nem querem lotes, pois acabam pegando e vendendo. Porém essas visões são de pessoas que não conseguem entender o objetivo da luta, não vivenciaram e não conhecem a luta que muitos enfrentaram, a precariedade dos barracos e os duros despejos no tempo de ocupação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado no início desse trabalho, a luta pelo direito a terra vem acontecendo desde que os europeus chegaram aqui. A luta dos indígenas para permanecer em seus territórios e dos trabalhadores para conquistar um pedaço de terra resiste do período colonial até os dias atuais.

Há séculos que os camponeses expropriados lutam para ter seus direitos reconhecidos, mesmo enfrentando a barbárie do campo, mesmo sendo sugados pelo capitalismo agrário essa população resiste. Muitos lutaram e lutam até a morte, visto que essa luta de movimentos sociais é marcada por confrontos com latifundiários que pregam o ódio aos movimentos de luta dos camponeses, que geralmente são criminalizados pela mídia, sociedade e pelo próprio Estado.

Em um país no qual a desigualdade na distribuição de terra é gritante, ainda há muitas questões para serem resolvidas. Há muito a se fazer em termos de reforma agrária. Apesar de este aspecto ter avançado alguns passos, não foi suficiente, pois a reforma agrária feita até agora ainda não conseguiu amenizar as disparidades existentes, entre a concentração de terra e as pequenas propriedades.

Significa dizer que lavouras monoculturas predominam em grandes extensões de terras, concentradas nas mãos de poucos, com investimentos de vultosos recursos, enquanto a agricultura de base familiar luta para sobreviver e garantir a alimentação básica do brasileiro.

Os assentamentos existentes são espaços ainda com muitas questões pendentes, pois muitos deles, principalmente os conseguidos por meio das lutas de movimentos sociais, sofrem primeiramente com a demora em resolver a desapropriação da terra, o que leva ao desgaste desses camponeses que, desestimulados acabam muitas vezes desistindo de seus lotes e voltando a vender sua força de trabalho para os latifundiários que os exploram.

Podemos concluir que o capitalismo agrário sobre o comando de uma oligarquia latifundiária que detém o poder no Brasil, e a muito tempo preenche as cadeiras da câmara de deputados e do senado se opõem a política de reforma agrária. São na verdade os vilões dos camponeses, atualmente metamorfoseados em agricultores familiares. Por isso a importância de movimentos sociais e entidades que lutem pelos direitos de permanência dessas famílias no campo.

Mesmo tendo garantido alguns direitos, os pequenos produtores de base familiar, no caso em estudo os assentados, têm ainda muitas lutas para serem travadas, considerando o cenário atual, onde uma nova política neoliberal se instala no país. O cenário político econômico para 2019 é incerto para os camponeses, especialmente em termos de manutenção de conquistas já obtidas. E as entidades que ainda lutam por todos continuarão sendo legítimas ou serão ainda mais criminalizadas? Isto só o tempo e novas pesquisas revelarão.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, M. C. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B. et al (Orgs). **Geografia e Meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 163-180.

ASSELIN, V. **Grilagem: Corrupção e violência em terras Carajás**. Petrópolis: Revista dos Tribunais, 1991.

CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. 2013.470 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.2013.

CARVALHO, Fabiana, P. **ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTORURAL: um estudo de caso**. 2010. 110 f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Programas de Reforma Agrária e Assentamento) Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

COLETTI, C. **O MST e os limites da luta pela terra no Brasil**. II Simpósio Estadual de Lutas Sociais na América Latina. Anais... Londrina: UEL, 2006.

\_\_\_\_\_. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p.299.2005

FERNANDES, B.M. **Espaços agrário de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, p 11- 27. 2003.

\_\_\_\_\_. **A ocupação como forma de acesso à terra**. In: Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 23, 6 a 8 de setembro de 2001. Washington – DC

FILHO, J. L. A.; FONTES, R. M. O. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. Minas Gerais. Vol. 4 Nº 7, Jul-Dez 2009.

FURTADO, E. & FURTADO, R. Repercussão da Reforma Agrária no Desenvolvimento Local no Nordeste: a capacitação como uma estratégia imprescindível In LEITE, Pedro Sisnando et al (orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2004c. Disponível em: <<http://goo.gl/NqcGxt>> acesso em 30out.2018.

MARTINS, J.S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro. **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MELO, D. S. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Revista NERA, Presidente Prudente, nº. 39, 2017.

MONDARDO, M. **No território do agronegócio à luta pelo retorno ao tekoha: o conflito territorial envolvendo guaranis-kaiowás e fazendeiros no mato grosso do sul.** REVISTA GEONORTE, BAHIA, V. 7, N. 1, P. 767-781, 201./NOV. 2013.

NARDOQUE, S.; KUDLAVICZ, M.; MELO, D. S. **Acampamentos em mato grosso do sul: retomada da luta pela terra?** NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA: maio de 2018.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PEREIRA, L. M. **Expropriação dos territórios kaiowá e guarani: Implicações nos processos de reprodução social e sentidos atribuídos às ações para reaver territórios - tekohará.** Antropologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 2, p. 132, jul./dez. 2012.

PIRES, M. U. P. **Diagnóstico socio-econômico de assentamentos rurais na região de Ponta Porã e as perspectivas de desenvolvimento local.** 103 f. Dissertação (Mestrado)-PÓS-GRADUAÇÃO Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, 2002

SILVA, J. V. da. **A multiface da empresa Mate Laranjeira: um truste encravado no sul de Mato Grosso (1882 – 1950).** PUC, Porto Alegre. 1982.

SILVA, J. G. **O Que é Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos, 18)

VECINA, C. C. **O II Plano Nacional de reforma agrária do governo Lula: uma análise para além do aparente.** In: Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2012. Uberlândia. Disponível <[http://www.lagea.ig.uf.br/xxlenga/anais\\_enga\\_2012/ficha.html](http://www.lagea.ig.uf.br/xxlenga/anais_enga_2012/ficha.html)> acesso em: 30out.2018.

**ANEXOS**

## ANEXOS I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

**Acadêmica: Jacqueline Araujo da Silva**

**Orientadora: Prof. Ana Maria Soares de Oliveira**

**Dados pessoais****01. Qual o nome e idade do titular do lote?**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: ( ) 25 a 35 anos ( ) 35 a 45 anos ( ) 45 a 55 anos ( ) 55 a 65 anos ( )  
mais de 65 anos

**02. Sexo**

( ) Feminino ( ) Masculino

**03. Natural do estado de Mato Grosso do Sul?**

( ) Sim

( ) Não outro: \_\_\_\_\_

**04. Estado civil:**

( ) Solteiro(a) ( ) casado(a) ( ) divorciado(a) ( ) viúvo(a) ( ) amasiado(a)

**05. Quantos(as) filhos(as) você tem?**

( ) Não tem filhos [ ] F. Mulher(s) [ ] F. Homem(s)

**06. Quantas pessoas moram em sua casa? (Contando com seus filhos, irmãos ou outras pessoas que moram no lote).**

( ) Duas pessoas ( ) Três ( ) Quatro ( ) Cinco ( ) Mais de seis ( ) Moro sozinho(a)

**07. Número do lote? É o parceiro, é primeiro ou terceiro no lote?**

[ ] N° do Lote ( ) 1° ocupante ( ) Terceiro

**08. A quanto tempo reside no lote?**

( ) Desde o início do assentamento ( ) Menos de 5 anos ( ) De 5 a 10 anos ( )  
mais 10 anos

**09. Sabe ler e escrever**

( ) Sim ( ) Não

**10. Qual o curso mais elevado que frequenta ou frequentou**



- ( ) Nunca frequentou escola ( ) Alfabetização de jovens e adultos - EJA  
( ) Ensino Fundamental I completo ( ) Ensino Médio completo  
( ) Ensino Fundamental I incompleto ( ) Ensino Médio incompleto  
( ) Ensino Fundamental II 6 ano a 9 ano incomp. ( ) Ensino Superior Completo  
( ) Ensino Fundamental II 6 ano a 9 ano Comp. ( ) Ensino Superior Incompleto

### Produção

#### 11. No lote possui lavoura temporária? se sim, qual tipo de cultura?

- ( ) Não  
( ) Sim ( ) Mandioca ( ) Feijão ( ) Cana ( ) Milho ( ) Melancia ( ) Abóbora  
( ) outro: \_\_\_\_\_

#### 12. No lote possui rebanho bovino? qual a quantidade? O rebanho é de corte, cria ou leite?

- ( ) Não  
( ) Sim ( ) Corte : cabeças \_\_\_\_\_ ( ) Cria: cabeças \_\_\_\_\_ ( ) Leite: cabeças \_\_\_\_\_

#### 13. Cria outros animais no lote?

- ( ) Não  
( ) Sim ( ) caprinos ( ) ovinos ( ) equinos ( ) suínos ( ) aves

#### 14. Alguém da Família trabalha fora do lote? Se sim, quem trabalha fora?

- ( ) Não ( ) Sim ( ) Titular do lote ( ) cônjuge ( ) Filhos/as

Local onde trabalha: \_\_\_\_\_

#### 15. Vende o que produz ou somente para o consumo?

- ( ) só consumo ( ) venda ( ) consumo e venda de excedente

#### 16. Quais produtos de origem vegetal vende? Onde é comercializado?

- ( ) não vende ( ) mandioca ( ) abóbora ( ) Milho ( ) Feijão ( ) Verdura  
( ) Melancia ( ) Frutas cítricas  
( ) outros: \_\_\_\_\_

Local de comercialização: \_\_\_\_\_

#### 17. Quais os produtos de origem animal vendem? Onde é comercializado?

- ( ) não vende ( ) Leite ( ) Derivados do leite ( ) Aves ( ) Suínos ( ) Gado  
( ) Outros: \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_ de  
comercialização: \_\_\_\_\_

#### 18. Você encontra alguma dificuldade para comercializar a produção do lote?

- ( ) Não ( ) Sim

Qual a dificuldade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

---



---

**19. Sua renda, sustento decorre somente do que produz no lote?**

( ) Sim

( ) não

Qual outro renda: \_\_\_\_\_

**20. Qual a renda anual da família no lote?** \_\_\_\_\_

**21. Recebe algum auxílio do governo?**

( ) Não

( ) Sim ( ) Bolsa família ( ) Vale Renda ( ) Aposentadoria

( ) outros: \_\_\_\_\_

### **Infraestrutura**

**22. Classifique os serviços oferecidos no assentamento:**

Saúde: ( ) Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima

Educação: ( ) Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima

Transporte Escolar: ( ) Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima

**23. Dê sua opinião sobre o que precisa melhorar nos serviços oferecidos no assentamento.**

Saúde: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Educação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Transporte

Escolar: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### **Organização**

**24. Como foi o processo de luta pela terra enquanto permaneceu acampado?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**25. Qual foi o movimento que organizou o acampamento do qual participou?**

---

---

**26. O que você acha dos movimentos sociais que lutam pelo direito à terra?**

---

---

---

---

**27. O assentamento tem associação? Sim ( ) Não ( )**

---

---

---

**28. Participa das reuniões e contribui com a associação? Se não Porque?**

---

---

---

**29. Dê sua opinião sobre o papel da associação no assentamento.**

---

---

---

**ANEXO II**